

INT-0347

10/10/83 15:26 1

C.2

Documento Informativo

Original: ESPANHOL

C E P A L

Comissão Econômica para América Latina

BALANÇO PRELIMINAR DA ECONOMIA LATINO-AMERICANA
DURANTE 1983 *

* Informação proporcionada pelo Secretário Executivo da CEPAL, Sr. Enrique V. Iglesias, na conferência de imprensa de fim de ano, realizada na sede da instituição, dia 16 de dezembro de 1983 e traduzida ao português pelo Escritório da CEPAL em Brasília para divulgação nacional.

ÍNDICE

I - SÍNTESE E CONCLUSÕES	01
1. Síntese	01
2. Conclusões	04
II - PRINCIPAIS TENDÊNCIAS	14
1. Produção e emprego	14
2. Inflação	18
3. O setor externo	21
III - O FINANCIAMENTO EXTERNO E A TRANSFERÊNCIA REAL DE RECURSOS	27

I. SÍNTESE E CONCLUSÕES

1. Síntese

Dois fatos centrais caracterizaram a evolução econômica da América Latina em 1983. O primeiro foi o agravamento da crise que iniciou-se em 1981 e que já em 1982 alcançou dimensões não registradas desde a Grande Depressão dos anos trinta. O segundo foi o notável esforço de ajuste realizado pela maioria das economias da região para reduzir os profundos desequilíbrios gerados no setor externo nos anos anteriores.

Como em 1982, a crise afetou em 1983 a quase totalidade dos países da região e se manifestou na deteriorização dos principais indicadores econômicos. Assim, de acordo com as estimativas preliminares de que dispõe a CEPAL e que estão incluídas no Quadro 1, estima-se que:

- i) O produto interno bruto total da América Latina reduziu-se 3,3%, após ter diminuído 1% em 1982.
- ii) Como resultado desta queda e do aumento da população, o produto per capita caiu 5,6% no conjunto da região e declinou em 17 dos 19 países para os quais se conta com informações comparáveis.
- iii) À raiz desta queda e das registradas nos dois anos anteriores o produto por habitante da América Latina foi quase 10% inferior em 1983 do que em 1980 e equivaleu ao que a região tinha alcançado já em 1977.
- iv) A queda na renda nacional por habitante foi ainda maior (-5.9%) já que em 1983 se deteriorou pelo terceiro ano consecutivo a relação dos preços de intercâmbio do conjunto da região e pelo sexto ano sucessivo a dos países latino-americanos não exportadores de petróleo. A relação dos preços de intercâmbio destes últimos sofreu assim uma diminuição total de 38% desde 1977 e caiu pelo segundo ano consecutivo a um nível mais baixo que o registrado, inclusive, durante os piores períodos da Grande Depressão.

- v) O declínio na atividade econômica foi acompanhado por uma nova elevação das taxas de desemprego urbano em quase todos os países para os quais se dispõe de dados relativamente confiáveis.
- vi) Não obstante isto, a inflação acelerou-se espetacularmente como já havia ocorrido nos três anos anteriores, e alcançou níveis jamais antes registrados. A taxa média simples dos aumentos dos preços ao consumidor subiu de 47% em 1982 para 68% em 1983 e a taxa média ponderada pela população elevou-se ainda mais marcadamente, passando de 86% em 1982 a 130% em 1983.

Por sua vez, o extraordinário esforço de ajuste realizado pela região refletiu-se em uma série de profundas mudanças no setor externo. Assim em 1983:

- i) A América Latina logrou um superávit sem precedentes no comércio de mercadorias. Este que até 1981 apresentou regularmente saldo negativo e que já em 1982 tinha fechado com um excedente de mais de 9,7 bilhões de dólares, gerou em 1983 um superávit de quase 31,2 bilhões de dólares (ver gráfico 1).
- ii) Este excedente deveu-se, sem embargo, exclusivamente à nova e espetacular queda no valor das importações de mercadorias que caiu 29%, após ter diminuído 20% em 1982. Esta redução insólita das compras externas constitui, ao mesmo tempo, um efeito e uma causa da contração da atividade econômica interna e refletiu o rigor excepcional das políticas de ajuste aplicadas em numerosos países.
- iii) O valor das exportações de bens diminuiu ligeiramente, apesar de que em volume tenha se elevado 7% no conjunto da região e 9% nos países não exportadores de petróleo.
- iv) O valor das remessas líquidas de lucros e juros reduziu-se também, interrompendo assim seu vertiginoso crescimento durante os últimos anos. De fato, este valor, que entre 1977 e 1982 havia quadruplicado folgadoamente ao subir de 8,6 para 36,8 bilhões de dólares, diminuiu algo menos de 34 bilhões de dólares em 1983. Não obstante, como ao

2. Conclusões

a) O perfil específico da crise econômica latino americana

As cifras anteriores mostram a extensão e profundidade nunca antes observadas da crise recessiva, que afeta a quase totalidade dos países da América Latina e não deixam dúvidas que o ano de 1983 foi para a região em seu conjunto o pior do último meio século. Para a maioria dos países, a diminuição na renda ocorrida no período 1982-1983 tem significado retroceder o nível de vida da população a níveis que já se haviam alcançado há vários anos atrás.

Certamente na origem da atual crise influenciaram, em muitos casos, fatores internos derivados de estratégias ou políticas econômicas desacertadas, cuja prolongada aplicação foi facilitada pela expansão acelerada do endividamento externo e pela permissividade financeira internacional que prevaleceu durante a década de 70.

Mas não é menos certo que a aguda crise de balanço de pagamentos que a América Latina tem enfrentado nos últimos anos é atribuível em boa medida a causas externas. Estas, pela sua própria natureza, escapam ao controle dos países da região, como a queda espetacular nos termos de troca, as altas taxas de juros nominais e reais e a violenta contração no fluxo líquido de capitais privados. Mais imprevisíveis ainda tem sido a intensidade e duração destes fenômenos, acontecimentos que são claramente atípicos quando comparados com o ocorrido nos grandes centros durante recessões anteriores.

Em todo caso, é evidente que a esta altura do processo, a solução de alguns dos problemas mais graves que afetam a região dependem principalmente de fatores externos sobre os quais a região tem escassa ou nenhuma influência. Daí as dificuldades e complexidade das opções que enfrenta a política econômica interna e, também, as incertezas e perplexidade que caracteriza o momento atual.

Para fazer frente a sua crise de balanço de pagamentos muitos países da América Latina colocaram em marcha violentos e dolorosos processos de ajustamento a partir de 1982, que conduziram a drásticas reduções nas importações até o ponto de o volume destas se reduzir, em muitos casos, em mais de 50% nos últimos dois anos.

mesmo tempo baixou o valor das exportações, os pagamentos de juros e lucros equivaleram ainda a quase 39% do valor das vendas externas.

- v) Como consequência das mudanças ocorridas no comércio de mercadorias e nas remessas de lucros e juros, e da considerável queda que experimentaram também os pagamentos líquidos de serviços, o déficit em transações correntes reduziu-se abruptamente de 36,4 bilhões de dólares em 1982 a menos de 8,5 bilhões de dólares em 1983, ou seja, o mais baixo registrado desde 1974.
- vi) Esta diminuição excepcional no déficit em transações correntes foi acompanhada e, em alguma medida foi causada, por uma contração não menos drástica na entrada líquida de capitais. Esta que já em 1982 havia-se reduzido pela metade, após alcançar um máximo histórico de 38 bilhões em 1981, reduziram-se novamente de forma muito pronunciada em 1983 não alcançando sequer 4,5 bilhões de dólares.
- vii) Devido a esta forte contração no movimento líquido de empréstimos e inversões estrangeiras, e não obstante a considerável diminuição do déficit em transações correntes, o balanço de pagamentos fechou o ano com um déficit de quase 4 bilhões de dólares. Este, ainda que muito inferior ao déficit de 19,8 bilhões de dólares registrado em 1982, significou uma nova e perigosa redução nas reservas internacionais da América Latina.
- viii) A abrupta diminuição da entrada líquida de capitais fez com que seu valor fosse muito inferior ao valor das remessas de lucros e juros, como já tinha ocorrido em 1982. Como consequência, a América Latina que até 1981 recebia uma transferência líquida de recursos reais do exterior, realizou em 1983 uma transferência líquida de recursos para o resto do mundo de quase 30 bilhões de dólares.
- ix) Como consequência, também, da redução da entrada líquida de capitais, o ritmo de crescimento da dívida externa diminuiu pelo segundo ano consecutivo. A dívida em 1983 aumentou 7%, isto é, a um ritmo mais lento que o de 12% em 1982, e muito inferior ao de 23% registrado em média entre 1977 e 1981.

Por outra parte, as fortes desvalorizações realizadas em muitos países visando equilibrar as contas externas contribuíram para reforçar as pressões inflacionárias, as quais, após algum tempo levaram à aplicação de políticas de estabilização. Assim, os efeitos recessivos que normalmente geram estas políticas no curto prazo, somaram-se aos produzidos pela violenta queda das importações.

A combinação destes fatores trouxe outra grave consequência: a queda muito forte dos investimentos e, em alguns países, a deterioração ou destruição de uma proporção significativa do capital instalado devido ao desaparecimento de muitas empresas.

Não menos desfavoráveis tem sido as consequências sociais da conjuntura atual. As quedas no nível de emprego e dos salários reais foram em numerosos países as maiores ocorridas desde a Grande Depressão e, em alguns casos, tem se aproximado dos limites críticos da tolerância social.

A estes fatores agregam-se em certos países os efeitos de desastres naturais de incomum intensidade, que acentuaram as perdas de renda e a redução no dinamismo econômico causados pela crise geral.

Sem embargo, nem todos os indicadores do ano que termina são negativos. Alguns países que no passado seguiram políticas prudentes de endividamento, puderam enfrentar melhor os efeitos adversos associados à conjuntura internacional. Muitos outros países da região aplicaram programas de ajustamento de seu balanço de pagamentos e contaram para isto com uma moderada cooperação da comunidade financeira internacional, evitando que os efeitos imediatos da crise fossem piores. Por outro lado, restabeleceu-se uma relativa calma no panorama financeiro internacional, o que, por certo, não significa que os problemas foram superados, ou que os riscos de uma aguda crise financeira tenham sido eliminados.

Estas características e outros antecedentes que se apresentam neste documento dão conta do perfil específico da recessão latino-americana que a diferencia da situação de outras regiões do Terceiro Mundo e, certamente, a distingue também de qualquer situação similar ocorrida durante o Pós Guerra. Ao mesmo tempo, coloca-se de manifesto que no momento atual a maior parte das soluções para a crise depende de fatores internacionais que escapam em medida considerável ao controle dos países latino-americanos, o que por sua vez, limita as opções da política econômica.

b) As incôgnitas do momento

Sem dúvida, a América Latina respondeu com um extraordinário sentido de responsabilidade aos desafios colocados pela atual crise internacional. Basta recordar que nos últimos anos numerosos países da região efetuaram fortes desvalorizações reais visando promover suas exportações, substituir importações imprescindíveis e eliminar importações supérfluas. Para reduzir o excesso do gasto interno e os déficits fiscais, elevaram também drasticamente os preços de muitos serviços públicos e reduziram muitos subsídios.

Sem embargo, estas medidas -que, por certo, não são fáceis de se adotar sob o ponto de vista político e que estavam orientadas a lograr uma realocação de recursos para a produção de bens comerciáveis foram tomadas partindo-se da premissa de que a reativação internacional facilitaria as exportações e restabeleceria os termos de troca e a taxa de juros a valores mais próximos aos historicamente normais.

Na realidade a evolução da economia internacional não foi bem assim, Embora em 1983 tenha se iniciado a recuperação da principal economia central, seus efeitos ainda não beneficiaram a América Latina por nenhum daqueles mecanismos. Ainda mais, no transcurso dos últimos anos e em especial em 1983, a região tem sido afetada por uma outra mudança externa desfavorável, qual seja a drástica queda na entrada de capitais, cujos efeitos foram equivalentes aos de uma deterioração em um terço nos termos de troca.

Consequentemente, o ajuste interno teve que ser recessivo e centrou-se numa redução insólita das importações, inclusive das imprescindíveis, e não na elevação das exportações. Assim justamente no período menos oportuno -durante uma recessão internacional- a região foi obrigada a gerar um elevado superávit comercial, para converter-se em uma exportadora líquida de recursos para os países centrais e aceitar custos adicionais extraordinariamente gravosos para poder financiar parte da dívida externa acumulada.

Parece, pois, razoável, que ao término de 1983 formulemos as seguintes perguntas:

- Que se pode esperar no curto prazo a América Latina da atual reativação da economia internacional?

- Até quando se poderá postergar a imprescindível reativação interna, se continuarem prevalecendo as atuais condições da economia internacional?
- Serão suficientes as taxas moderadas de recuperação econômica após os profundos traumas dos últimos anos, para serem manejáveis os agudos problemas sociais que ficaram como seqüela da recessão destes últimos três anos?

i) A atual reativação econômica internacional. Observa-se com satisfação a recuperação da economia dos Estados Unidos, mas também destaca-se as contradições e perplexidades dos fenômenos que a acompanham. Por um lado, a denominada teoria da "locomotiva", segundo a qual a economia norte americana levaria com seu dinamismo a dos demais centros industriais não dá mostra de comprovar-se na atual conjuntura. Por outro, persistem três elementos que são vitais para que a reativação internacional tenha efeitos relevantes sobre os países da periferia e em especial sobre as economias da América Latina.

No campo comercial, a relação de preços de intercâmbio da América Latina deteriorou-se seguidamente -com algumas exceções durante 1983- e não se preve altas consideráveis dos preços das matérias primas no futuro imediato. Além disso, como consequência de fenômenos bem conhecidos, alguns dos quais relacionados com o alto nível real das taxas de juros nos países centrais, tem persistido as tendências protecionistas que reduzem a transparência e dinamismo do comércio internacional e que obstruem, especialmente, a expansão das exportações latino-american

No campo financeiro continuam sendo muito elevadas as taxas reais de juros, como resultado de uma multiplicidade de fatores: o recurso do governo de alguns países industrializados ao sistema financeiro para cobrir seus enormes déficits fiscais, a natureza das políticas anti-inflacionárias aplicadas nos grandes centros, o desaparecimento dos excedentes líquidos dos países exportadores de petróleo; as pressões na captação de poupança para fazer frente aos novos investimentos intensivos em capital, etc. Assim, quase ninguém pensa que nos próximos anos se produza uma queda substancial nas taxas reais de juros, fenômeno que é de fundamental importância para a administração da dívida externa dos países em desenvolvimento.

No campo das transferências de capitais, produziu-se uma redução drástica na entrada líquida de capitais que após ter alcançado um nível sem precedentes de 38 bilhões de dólares em 1981 caiu para apenas 4,5 bilhões em 1983, queda que seria inclusive maior no caso que o Fundo Monetário Internacional não tivesse pressionado os bancos comerciais para eles incrementarem em alguma medida seus créditos a América Latina.

O comportamento destas variáveis no processo de reativação é fundamental para a viabilidade dos atuais processos de ajustamento. Se os termos de troca de 1983 fossem iguais aos de 1980 (25% superiores) e se ao mesmo tempo as taxas de juros reais fossem semelhantes às prevalecentes nos momentos que se contratou maior parte da dívida (em média, 4 pontos percentuais a menos que as atuais), a região teria disposto de 25 bilhões de dólares adicionais em 1983, quantia que teria permitido enfrentar com folga seus compromissos sem ter que comprimir dramaticamente suas importações e sem ter que recorrer a novo endividamento externo. Ou seja, se retornar as condições normais em matéria de comércio e financiamento internacional, a América Latina poderia cumprir seus compromissos externos sem ter que sacrificar para isto suas possibilidades de crescimento.

ii) A América Latina não pode seguir contraíndo sua economia. É preciso entender claramente que a região não poderá continuar aplicando os atuais mecanismos de ajustes por muito mais tempo se persistirem as atuais condições externas. Isto poderia levar, pelo menos em alguns países, a situações difíceis de controlar, tanto econômica como socialmente, e poderia gerar tensões que comprometeriam a própria capacidade de recuperação das economias e, por conseguinte, de pagar oportunamente a dívida acumulada. Resulta-se pertinente perguntar sobre as principais limitações dos atuais processos de ajustamento:

Ajuste e sobreajuste. Nos últimos anos, a região teve que realizar, em essência, um duplo tipo de ajuste. O primeiro e mais conhecido deles foi determinado pela evolução extremamente desfavorável dos termos de troca e das taxas reais de juros. O segundo foi para enfrentar uma mudança mais recente mas não menos grave, que foi a retração massiva da entrada líquida de capitais privados. Assim, como resultado da simultaneidade da contração do comércio internacional e desta "depressão financeira", a região realizou não somente um processo de ajuste mas que na verdade poderia qualificar-se como um "sobreajuste".

A transferência perversa de recursos. Por outro lado, a enorme queda no fluxo líquido de capital e o elevado valor das remessas de juros e lucros fez com que, pela primeira vez em 1982 e de novo e em maior medida em 1983, a América Latina efetue-se transferências líquidas de recursos para o exterior, no valor de 20 e 29 bilhões de dólares respectivamente. Esta situação, que contrasta frontalmente com a que historicamente tem ocorrido com países em desenvolvimento converteu-se assim em um elemento chave para explicar a profunda depressão da América Latina e em um elemento que condiciona também qualquer política futura de recuperação econômica.

A assimetria dos custos de ajustamento. Há ainda outros fatores adicionais que tem contribuído para agravar os problemas do balanço de pagamentos. Entre estes, cabe destacar os elevados custos e encargos impostos pelos bancos nos processos de renegociação que se tem somado aos efeitos negativos produzidos pelos altos níveis das taxas de juros. Esta elevação dos custos financeiros -que contrasta com o ocorrido em experiências passadas ou com o que sucede nos ajustes convencionais que rodeam a crise de qualquer empresa- tem aprofundado a magnitude dos desequilíbrios externos e tem contribuído para transferir praticamente todo o custo do ajuste aos países devedores. De fato, este procedimento tem significado o desconhecimento da quota de responsabilidade que na gestação da atual crise de pagamentos da região corresponde inegavelmente aos bancos comerciais internacionais.

A América Latina não pode pois prolongar o atual processo de ajuste e requer, em troca, um ajuste expansivo. Assim, na medida em que por algum tempo seja preciso gerar excedente no comércio internacional, será preciso que este se obtenha através de um aumento das exportações, isto é, mediante um elemento que ajude a elevar o ritmo de crescimento econômico e não por uma nova redução das importações -que somente contribuiria para aprofundar ainda mais a recessão.

c) A imprescindível reativação

Por certo, uma grande incôgnita da hora presente é a incerteza que existe em torno das modalidades e perspectivas da reativação internacional. Sem embargo, a persistência das atuais condições em matéria dos preços de matérias

primas, taxas reais de juros e transferência de capitais privados, perfilariam dois cursos diferentes para as economias da região em 1984. Alguns países, que enfrentam melhores condições externas e que tenham logrado um êxito relativo em seus programas de ajuste interno, poderiam ter uma modesta recuperação em seu ritmo de crescimento econômico. Sem embargo, devido ao alto peso do serviço da dívida externa, isto deixaria uma margem muito escassa para a recuperação do gasto interno e por conseguinte, dois níveis de emprego. Nos outros países, afetados por conjunturas externas mais difíceis e que tem que lidar, ademais com fortes pressões inflacionárias, poderão persistir as tendências recessivas, o que agravaria a crítica situação econômica e social que prevaleceu nestes anos recentes.

Por certo, a primeira, nem muito menos a segunda destas opções são aceitáveis. Em efeito, o que a América Latina requer é uma política firme e vigorosa de reativação. É evidente, sem embargo, que qualquer processo de reativação orientado a revigorizar a deteriorada economia regional estará condicionada por fatores externos e internos.

Entre os primeiros, o mais importante e que, em última instância, determina no curto prazo as margens de manobra da maioria dos governos da América Latina para empreender políticas de reativação econômica é o refinanciamento da dívida externa. A médio prazo, ao contrário, o elemento chave para a América Latina obter um crescimento econômico rápido e persistente é a expansão de seu comércio exterior tanto intraregional como com o resto do mundo.

Entre os fatores internos que condicionam o esforço dinamizador da economia, dois parecem ser os dominantes. Por um lado, a compatibilização dos programas de reativação com o abatimento das pressões inflacionárias tradicionais e recentes; por outro, a necessária reestruturação a médio prazo dos padrões de crescimento para que sejam possíveis alcançar entre outros objetivos, um aumento substantivo da capacidade exportadora da região. Este último constitui, por sinal, o requisito principal para poder pagar oportunamente o serviço da dívida acumulada.

i) Novos mecanismos de refinanciamento da dívida externa. É preciso destacar, porém, que todos os países latino-americanos não se encontram em condições similares para fazer frente ao serviço da dívida dentro dos atuais mecanismos de ajuste, e também que os efeitos da desfavorável conjuntura internacional não os afetam da mesma forma. É por isto que o refinanciamento conjunto da dívida externa latino-americana é muito difícil.

Sem embargo, para muitos países parece haver chegado o momento de fazer replanteamentos globais dos atuais mecanismos de refinanciamento da dívida, dada a imprescindível necessidade de condicionar o seu serviço às exigências da reativação e do desenvolvimento econômico interno.

Com este propósito, deveriam empreender-se a nosso juízo, ações conjuntas em consonância com as propostas do Grupo dos 24 para promover medidas em forums internacionais, como os que oferecem o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, para melhorar os atuais mecanismos financeiros internacionais, e para melhorar, também, o contexto internacional em que se realizam os processos de ajuste.

Igualmente relevante seria se de forma conjunta os países da região fizessem presente à comunidade financeira internacional certas condições mínimas que deveriam cumprir no futuro imediato os processos de ajuste até melhorarem as condições dos mercados comerciais e financeiros internacionais.

Entre outras, estas condições deveriam incluir às seguintes:

- nenhum país deveria destinar ao serviço da sua dívida externa recursos que excedam a uma percentagem prudencial de sua receita de exportação e que o permita manter níveis mínimos de importação compatíveis com a reativação e desenvolvimento de sua economia.
- deveria proporcionar-se uma maior simetria na distribuição dos custos dos ajustamentos, através de uma redução drástica dos atuais custos financeiros que se somam as elevadas taxas de juros. Também deveria explorar-se a utilização de mecanismos transitórios como os subsídios aos juros, estudados durante a década de 60, especialmente nos créditos internacionais de origem pública que permitiriam lograr um alívio considerável nos encargos financeiros, tão vitais para o atual processo de ajuste.
- deveriam estender-se consideravelmente os prazos para amortizar a dívida a fim de evitar que no futuro persista uma transferência perversa de recursos para o exterior.
- deveriam alcançar-se compromissos firmes para obter recursos adicionais que permitam financiar uma maior fração dos pagamentos de juros facilitando a expansão comercial dos países da região e assegurando o financiamento de níveis satisfatórios do investimento interno. Neste último aspecto, resulta fundamental o apoio renovado à gestão do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros organismos de financiamento regional.

Nos últimos anos foram propostas soluções globais de longo prazo que ainda não mereceram a devida atenção dos grandes centros financeiros mundiais. Sem embargo, se a presente conjuntura internacional prolongar, algumas dessas alternativas poderiam viabilizar-se por força das circunstâncias. Em especial, nos parece interessante que se considere a transformação de uma parte substancial da dívida acumulada em títulos de longo prazo, com juros reais próximos aos históricos e com períodos de carência para o início de seu serviço. Mediante este mecanismo, lograria-se ganhar tempo para empreender os necessários ajustes internos e para que surtam efeito as medidas orientadas ao incremento da capacidade de exportação e de substituição de importações.

Em todo caso, a administração da dívida nas presentes circunstâncias internacionais, coloca a região em um dilema difícil: por um lado a eliminação das transferências perversas de recursos ao exterior para sustentar programas de reativação interna, leva necessariamente a obtenção de novos créditos líquidos e aumenta, por conseguinte, o valor já muito elevado da dívida externa existente; por outro, atender uma parte do serviço desta com recursos gerados através de um superávit comercial, requer, na ausência de um aumento importante das exportações, novas contrações no volume já muito baixo das importações, no qual conspira contra a possibilidade de reativar a economia. É por isto que no curto prazo, todo esforço nesta matéria deve combinar a entrada de novos recursos com uma diminuição considerável dos custos financeiros.

ii) A recuperação do comércio internacional. A preocupação atual com os problemas da administração da dívida externa tem conduzido ao descuido a sua estreita vinculação com os problemas comerciais. De fato, em última instância, a solução dos problemas atuais e futuros do balanço de pagamentos somente poderá alcançar-se por via da expansão comercial e do aumento da receita de exportação.

Para lograr este último, requer-se, naturalmente, aumentar a capacidade exportadora, mas também, criar condições internacionais que amplie os mercados para as exportações latino-americanas e que permita a melhora de seus preços.

O cumprimento desta condições não se vê favorecido pelas crescentes práticas protecionistas que se vêem manifestando nos países centrais.

iii) A defesa e ampliação dos níveis de comércio regional. Concomitantemente com a contração do intercâmbio da América Latina com o resto do mundo, produziu-se uma deterioração violenta do comércio regional e um recrudescimento em não poucos países latino-americanos de medidas defensivas de caráter protecionista, que tem sido estimuladas pela difícil situação do balanço de pagamentos enfrentada por quase todos eles.

Esta situação não deve continuar. Para revertê-la requere-se em primeiro lugar, deter a imposição de novos entraves ao comércio intra-regional e, em segundo lugar, adotar medidas diversas do tipo preferencial como os acordos de alcance parcial ou a utilização do poder de compra do setor estatal. Para este efeito, será imprescindível também ampliar os atuais mecanismos financeiros regionais e a presença imaginativa das instituições financeiras latino-americanas, algumas das quais já estão instrumentando programas de apoio a expansão comercial intra-regional.

Estas e outras ações conjuntas que a região poderia adotar nas presentes circunstâncias, tanto para promover coletivamente iniciativas a nível internacional como para acelerar e aprofundar os processos de cooperação regional, serão analisadas na reunião que por iniciativa do Presidente da República do Equador realizar-se-á em janeiro próximo em Quito, com a presença de Chefes de Estado e seus respectivos representantes pessoais a nível ministerial.

iv) As condições internas da recuperação econômica. Não é esta a ocasião de referirmos a ela em detalhe. Esperamos, porém, fazê-lo no próximo período de sessões da CEPAL que terá lugar em abril de 1984 e na qual faremos conhecer as reflexões da Secretaria sobre este ponto.

Sem embargo, não poderíamos deixar de lembrar nesta oportunidade que no futuro imediato a região enfrentará um conjunto de fatores que forçarão a revisão em profundidade das políticas e estratégias de desenvolvimento aplicadas até agora. Isto é imprescindível se deseja obter um dinamismo econômico que permita dar-se respostas aos graves problemas sociais da região, os quais, como já se assinalou, foram agudizados pela presente recessão.

As mudanças não precisamente favoráveis que se vislumbram no contexto internacional no campo financeiro e comercial; o peso da dívida acumulada -que constitui uma espécie de hipoteca para o nosso desenvolvimento futuro; a permanência e, em alguns casos, do agravamento de velhas rigidezes estruturais na economia; e as pressões inflacionárias cuja superação é difícil de compatibilizar com esquemas de desenvolvimento e justiça social, constituem, entre outros, elementos que exigem a revisão de algumas de nossas idéias e a busca e formulação de novas políticas.

Neste sentido, e como ilustra a experiência recente, é importante recordar os riscos das estratégias de desenvolvimento baseadas fundamentalmente em uma indiscriminada vinculação internacional nos campos financeiros e comercial. Estes riscos são agora óbvios, dada as violentas, prolongadas e imprevisíveis variações registradas nos parâmetros internacionais nos quais se confiaram.

Sem embargo, também é crucial deixar claro que a crise atual da América Latina é de liquidez e não de solvência e que a região conta com a capacidade de reagir e os meios para fazer frente no futuro aos seus problemas internacionais.

É de esperar que a comunidade financeira internacional ao tomar conhecimento do perfil peculiar da nossa crise, proporcione uma cooperação inteligente e concorde com as circunstâncias, para que ajude a superar esses problemas de liquidez e que contribua para evitar a geração de uma autêntica crise de solvência.

II. PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

1. Produção e Emprego

Em 1983 se acentuou fortemente a perda de dinamismo que a economia da América Latina já vinha demonstrando nos dois anos anteriores. De fato, após incrementar-se apenas 1,5% em 1981 - a taxa de crescimento mais baixa registrada desde 1940 - e diminuir 1% em 1982, o produto interno bruto da região caiu 3,3% em 1983 (Ver quadro 2).

Como consequência desta queda sem precedentes da atividade econômica e do aumento da população, o produto por habitante se reduziu pelo terceiro ano consecutivo, mas em uma proporção (-5,6%) muito superior às registradas em 1981 (-1%) e 1982 (-3,3%). Portanto, o produto por habitante foi quase 10% mais baixo em 1983 do que em 1980.

A excepcional intensidade do retrocesso da atividade econômica nos últimos três anos se refletiu desta forma nas enormes quedas que sofreu o produto por habitante em numerosos países latino-americanos. Durante este período, o produto per-capita reduziu-se em mais de 20% em El Salvador, Bolívia e Costa Rica; mais de 15% no Uruguai e no Perú; acima de 14% no Chile; por volta de 13% na Argentina e Guatemala; quase 12% no Brasil; e pouco mais de 10% na Venezuela e em Honduras (Ver quadro 3).

Assim como em 1982, a queda na atividade econômica foi generalizada. De fato, o produto interno bruto se reduziu em 14 dos 19 países para os quais se dispõe de informação comparável, permaneceu quase estancado em dois e se incrementou ligeiramente nos três restantes. Além disso, o produto social global aumentou por volta de 4% em Cuba^(*) (Ver quadro 2).

Sem embargo, em contraste com o ocorrido em 1982, a queda do produto do conjunto da região deveu-se em 1983 especialmente à trajetória bastante desfavorável que teve a atividade produtiva no Brasil e no México, as duas maiores economias latino-americanas.

No primeiro destes países -que por si só gera ao redor de um terço do produto interno total da região- a atividade econômica global diminuiu por volta de 5%, após um incremento marginal em 1982. Nesta caída, sem precedentes na evolução econômica deste país durante o último meio século, influíram decisivamente a nova e forte redução do volume das importações e os severos cortes introduzidos nos programas de investimento do setor público, assim como a crescente incerteza gerada pela aceleração do processo inflacionário, e as prolongadas e diligentes gestões empreendidas pelas autoridades econômicas para renegociar a dívida externa e para subscrever um acordo com o Fundo Monetário Internacional.

O produto interno bruto se reduziu também de maneira significativa (-4%) no México, aonde a atividade econômica havia diminuído levemente em 1981, após ter-se expandido com grande intensidade nos quatro anos anteriores.

(*) O conceito de produto social global utilizado nas estatísticas cubanas corresponde à soma da produção bruta dos setores agropecuário, industrial, mineral, de energia, de transporte, comunicações e comércio.

As causas principais desta contração foram as drásticas retrações da demanda interna e do volume das importações, provocadas pela política restritiva aplicada pelo governo com o objetivo de fortalecer o balanço de pagamentos e de controlar o violento processo inflacionário que se desencadeou no ano anterior. Tal política, se por um lado logrou reduzir à metade o elevado déficit do setor público registrado em 1982 e contribuiu a gerar um impressionante superávit comercial, por outro provocou quedas consideráveis na gasto fiscal, no investimento privado e nos salários e um aumento significativo do desemprego, com os consequentes efeitos negativos sobre o dispêndio interno e o nível de atividade.

As quedas no produto foram ainda maiores na Bolívia (-6%) e, sobretudo, no Peru (-12%), países que sofreram uma combinação pouco usual de desastres naturais, caracterizados por chuvas torrenciais e inundações em certas regiões e prolongadas e intensas secas em outras. A estas calamidades, que prejudicaram particularmente a produção agropecuária, foi agregado no caso peruano uma modificação nas correntes oceânicas, o que causou uma queda vertical nos resultados do setor pesqueiro. A atividade econômica foi afetada ainda, em ambos países, por processos inflacionários anormalmente severos e, no Peru, pela violenta queda do volume das importações.

A situação foi similar, ainda que menos grave, no Equador, aonde a pesca, a agricultura e a indústria da região costeira sofreram os efeitos destrutivos causados por precipitações extraordinariamente intensas, e aonde a inflação alcançou um ritmo jamais antes registrado de 65% ao mesmo tempo em que o quantum das importações diminuiu abruptamente.

A evolução da produção e do emprego continuaram sendo muito desfavoráveis no Uruguai. Após estancar-se em 1981 e de cair quase 9% em 1982, o produto interno bruto decresceu 5.5% em 1983. Repetindo o ano anterior, nesta nova queda gravitaram com especial relevância as consideráveis perdas da produção industrial, da construção e do comércio e a fortíssima contração que uma vez sofreu o quantum das importações, que caiu 39%, após ter diminuído 30% em 1982 e 14% em 1981. Assim como em 1982, o declínio da atividade econômica foi acompanhado de um aumento considerável do desemprego. Como se pode visualizar no quadro 4 e no gráfico 2, a taxa de desemprego em Montevidéu, que quase dobrou entre 1981 e 1982, continuou incrementando-se em 1983 e até meados do ano ultrapassou a 16%.

Durante 1983 reduziu-se a atividade econômica também na Venezuela, cujo produto interno bruto se estima tenha diminuído por volta de 2%. Dado que o Produto Interno Bruto permaneceu quase totalmente estancado desde 1978, o produto por habitante declinou pelo quinto ano consecutivo. Como em outros países, duas causas importantes da queda da atividade econômica foram o enorme declínio das importações -redução de 60% em volume- e a incerteza gerada pela desvalorização do bolívar e as profundas modificações introduzidas no sistema cambial, após um prolongado período em que vigoram uma taxa de câmbio fixa e existia plena liberdade nas operações de câmbio.

O produto interno bruto diminuiu também na maioria das economias da América Central. Sem embargo, o declínio da atividade econômica foi relativamente pequeno e muito inferior às enormes quedas registradas em alguns deles em anos anteriores. Esta reversão foi especialmente notória na Costa Rica - aonde o produto caiu 0.5% em 1983, após ter diminuído cerca de 5% em 1981 e 9% em 1982- e na Nicarágua, que logrou incrementar o PIB em 2%, compensando assim a caída que este experimentou em 1982. A expansão da economia foi, por outro lado, bem mais lenta (0.5%) no Panamá, país cujo ritmo de crescimento durante o ano anterior (5.5%) havia sido o mais alto da América Latina.

No transcurso de 1983 foi atenuada a violenta queda da atividade econômica que teve início no Chile a partir de meados de 1981 e que em 1982 conduziu a uma drástica redução de mais de 14% do produto interno bruto e a uma elevação igualmente espetacular do desemprego (Ver outra vez o quadro 2 e o gráfico 2). Apesar da atividade econômica continuar diminuindo durante o primeiro semestre de 1983, posteriormente a tendência foi de recuperação lenta, como resultado da elevação do gasto público, da queda da taxa de juros reais, e da maior proteção que a manutenção de uma taxa de câmbio real mais elevada proporcionou para o produtor interno em relação às importações, além da elevação da tarifa de importação geral de 10% para 20%, e da imposição de impostos especiais mais elevados sobre a importação de certos bens agropecuários e industriais. Não obstante, esta recuperação não conseguiu compensar os efeitos da queda da atividade econômica durante o primeiro semestre e, em consequência, o produto interno bruto reduziu-se por volta de 0.5% no conjunto do ano. Por outro lado, embora a taxa de desemprego aberto na Grande Santiago tenha diminuído praticamente sem interrupção desde 25,2% no trimestre agosto-outubro de 1982 a 17.7% um ano depois, seu declínio deveu-se principalmente à enorme expansão que tiveram neste período os programas ocupacionais de emergência realizados pelo governo, cuja produtividade é em geral muito baixa e nos quais se pagam também remunerações muito baixas.

A recuperação da atividade econômica foi mais nítida na Argentina. Neste país, o produto aumentou 2%, graças, especialmente, a uma elevação de cerca de 9% da produção industrial. Sem embargo, como nos dois anos anteriores a atividade econômica global havia caído 11%, enquanto que a produção do setor manufatureiro decresceu quase 23% entre 1979 e 1982, tanto aquela como esta estiveram longe de recuperar em 1983 os níveis alcançados já em 1977.

Por outro lado, o produto interno bruto na Colômbia em 1983 elevou-se ligeiramente (0.5%), com o que o ritmo de crescimento diminuiu pelo quinto ano consecutivo. A causa principal para a perda de dinamismo da economia foi o retrocesso da produção industrial. Esta foi afetada pela escassa expansão da demanda interna e pela diminuição das exportações à Venezuela e ao Equador, países nos quais os produtos manufaturados colombianos perderam competitividade após as desvalorizações do bolívar e do sucre. Como consequência da queda da produção industrial e não obstante o moderado crescimento da construção, o desemprego se elevou pelo segundo ano consecutivo nas principais cidades do país, alcançando uma média de 11%, a cifra mais alta registrada nos últimos nove anos (Ver outra vez o quadro 4 e o gráfico 2).

Finalmente, em 1983 a atividade econômica aumentou 4% tanto em Cuba como na República Dominicana, os únicos países da região que, junto com Colômbia e Panamá, lograram expandir continuamente seus níveis globais de produção durante os últimos três anos.

2. Inflação

Apesar da queda da atividade econômica e do aumento da desocupação e não obstante o debilitamento das pressões inflacionárias provenientes do exterior, o ritmo de aumento dos preços continuou incrementando-se na maioria das economias latino-americanas e alcançou no conjunto da região um novo máximo histórico em 1983. A taxa média simples de aumento dos preços ao consumidor subiu de 47% em 1982 para 68% em 1983, e ponderando-se pela população a elevação foi ainda mais forte, passando de pouco menos de 86% em 1982 para 130% em 1983.

A aceleração do processo inflacionário foi especialmente intensa na Argentina, Brasil, Peru, Equador e Uruguai, enquanto que o ritmo de aumento dos preços continuou sendo muito elevado no México e, sobretudo, na Bolívia. Ao contrário, a inflação se reduziu espetacularmente na Costa Rica, declinou moderada mas persistentemente na Colombia, e foi muito baixa em Barbados, República Dominicana e Panamá (Ver quadro 5).

Os preços ao consumidor prosseguiram elevando-se violentamente em 1983 na Argentina, alcançando ao final de novembro um ritmo anual de 400%, praticamente o dobro do ano anterior e muito superior aos elevados níveis registrados em 1975 e 1976 (ver novamente o quadro 5 e o gráfico 3). Este fenômeno esteve vinculado, como em anos anteriores, à existência de um déficit fiscal bastante elevado e a propagação de expectativas cada vez mais desfavoráveis sobre o curso futuro do nível de preços, e significou que pela oitava vez nos últimos nove anos a inflação argentina alcançou uma cifra de três dígitos.

A inflação se intensificou também de modo muito marcado no Brasil. Como resultado do elevado déficit do setor público, da maxidesvalorização do cruzeiro decretada em fevereiro e das desvalorizações posteriores da taxa de câmbio, da deterioração das expectativas e do complexo e generalizado sistema de indexação vigente, os preços ao consumidor, que entre 1980 e 1982 elevaram-se à uma taxa ao redor de 95%, subiram 175% nos doze meses terminados em novembro de 1983, enquanto o índice geral de preços mais que triplicou no mesmo período.

A aceleração da inflação foi também extraordinariamente forte no Peru, aonde o ritmo anual de preços ao consumidor, após oscilar em torno de 70% em 1981 e 1982, elevou-se a quase 125% em outubro de 1983. Neste notável aumento influíram especialmente a política de desvalorização mais rápida do sol seguida pelas autoridades econômicas até agosto, assim como as altas nos preços dos alimentos causados pela redução das colheitas provocada pela seca e pelas inundações.

Ainda que notoriamente inferior em termos absolutos que nos três países anteriores, a inflação se incrementou mais rapidamente em termos relativos no Equador. Como se pode ver no gráfico 4, entre outubro de 1982 e outubro de 1983, o ritmo anual de aumento dos preços ao consumidor mais que triplicou, ao passar de 20% a 66%. Como em outros países, nesta aceleração do

processo inflacionário influíram as desvalorizações do sucre decretadas a partir de 1982, após um longo período de estabilidade cambial. Mas incidiu também de maneira decisiva a perda no abastecimento de produtos agrícolas causada pelas inundações.

A inflação se acelerou, também, contínua e fortemente em 1983 no Uruguai, país no qual o ritmo inflacionário, após seguir uma tendência estável de declínio entre o início de 1980 e novembro de 1982, retornou com vigor depois da desvalorização do peso efetuada ao final deste mês. Assim, o ritmo anual da inflação ascendeu em outubro de 1983 a 63%, quase seis vezes o nível alcançado no período imediatamente anterior à elevação da taxa de câmbio (ver outra vez o gráfico 4).

A evolução do processo inflacionário foi distinta, por sua vez, na Bolívia, aonde até outubro de 1983 os preços subiram à uma taxa anual inferior à registrada ao final de 1982. Contudo, como pode ser visto no quadro 3, o ritmo da inflação boliviana continuou sendo o segundo mais alto da região. Por outro lado, o reajuste do salário mínimo em mais de 70% outorgado em novembro e aumento de 150% da taxa de câmbio decretada neste mês, após um ano em que esta se manteve fixa, faz crer que nos próximos meses a inflação poderá mesmo ultrapassar seu já elevado nível atual.

Durante 1983 a inflação continuou sendo igualmente elevada no México, apesar de seu ritmo ter-se desacelerado a partir de meados do ano. Como mostra o gráfico 3, a taxa anual de aumento dos preços ao consumidor alcançou um máximo histórico de quase 120% em julho, mas posteriormente diminuiu quase continuamente caindo para 92% em novembro (*). Esta reversão de tendência da inflação deveu-se principalmente à notável redução do déficit fiscal e à política salarial restritiva aplicada pelas autoridades econômicas.

A reversão de tendência do processo inflacionário foi bem mais definida e espetacular na Costa Rica, aonde, da mesma forma como ocorreu no México, o ritmo de aumento dos preços havia subido com excepcional violência em 1982. Tal como pode

(*) Dado que se espera que a inflação seja bastante inferior em dezembro de 1983, em comparação a igual mês de 1982 (durante o qual os preços ao consumidor subiram quase 11%), é provável que o ritmo anual de aumento dos preços ao consumidor baixe para algo em torno de 80% ao final de 1983.

ser observado no gráfico 4, a variação no índice de preços ao consumidor, após registrar um nível sem precedentes de cerca de 110% em setembro de 1982, declinou com extraordinária rapidez e persistência nos meses seguintes e caiu em outubro de 1983 para menos de 13%.

A trajetória da inflação foi mais complexa durante 1983 no Chile. Entre junho de 1982 -mês no qual o peso foi desvalorizado depois de quase três anos de estabilidade cambial- e junho de 1983, o ritmo anual de aumento dos preços ao consumidor subiu persistentemente de 4% para além de 32%. Sem embargo, com o esgotamento dos efeitos sobre os custos dos bens comercializáveis das bruscas elevações da taxa de câmbio que tiveram lugar no segundo semestre de 1982, e com a queda contínua do salário real, a intensidade do processo inflacionário começou a reduzir-se gradualmente a partir de agosto de 1983 e caiu para menos de 24% em novembro.

Durante o ano de 1983, continuou diminuindo de maneira gradual, mas contínua, a inflação na Colômbia, o país latino-americano cujo ritmo de aumento dos preços tem sido mais estável nos últimos dez anos. Esta redução da intensidade do processo inflacionário ocorreu apesar das autoridades terem incrementado o ritmo das minidesvalorizações do peso, com o objetivo de fortalecer o balanço de pagamentos. Sem embargo, a maior pressão inflacionária que tal medida poderia causar foi neutralizada pelos efeitos do escasso dinamismo que demonstra a demanda interna.

Por sua vez, entre os países que tradicionalmente tem convivido com processos inflacionários moderados e nos quais as variações do nível interno de preços tendem a seguir, em geral, as da inflação internacional, o ritmo de aumento dos preços ao consumidor se eleva ligeiramente em El Salvador e com maior intensidade na Jamaica, Trinidad e Tobago e, especialmente, Paraguai. O processo inflacionário continuou declinando, pelo contrário, em Barbados, Panamá, República Dominicana e Venezuela.

3. O Setor Externo

A América Latina realizou em 1983 um enorme esforço para reduzir os desequilíbrios que vinham sendo acumulados no setor externo desde o final da década passada. Desta maneira, as elevações das taxas de câmbio adotadas por

numerosos países da região em 1982, se somaram em 1983 novas desvalorizações, diversas outras medidas para controlar as importações e estimular as exportações, e rigorosas políticas em matéria fiscal, monetária e de salários orientadas a diminuir o gasto interno.

Como consequência destas políticas de ajuste, e não obstante a desfavorável evolução do comércio mundial e do financiamento externo, a região logrou em 1983 um enorme superávit no comércio de mercadorias, reduziu significativamente o déficit em transações correntes e diminuiu também de maneira considerável a magnitude do saldo adverso do balanço de pagamentos (ver quadros 6 e 7).

a) O comércio exterior e a relação de preços de intercâmbio

Sem embargo, como já foi apresentado, o excedente de mais de 31 bilhões de dólares obtido em 1983 se deveu exclusivamente à drástica redução das importações, cujo montante caiu quase 29%, após ter diminuído 20% em 1982. Uma vez que em 1983 praticamente não alterou o valor unitário das importações e que em 1982, este havia diminuído ligeiramente, as reduções do quantum das importações foram tão drásticas como as do seu valor total (ver quadro 8).

As reduções extremadamente elevadas do valor e do volume das compras externas constituíram, ainda, um fenômeno generalizado. De fato, o quantum das importações baixou mais de 10% em todos os países da região, salvo na Bolívia, Costa Rica, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicaragua e República Dominicana. Mesmo nestes últimos países, nos quais o volume das importações se elevou, não chegou a se compensar as perdas experimentadas em 1982.

Por outra parte, nos países como Venezuela, Uruguai, México, Peru, Argentina e Chile, a contração do volume das importações alcançou dimensões espetaculares que revelaram claramente a enorme magnitude do esforço de ajuste realizado. Assim o quantum das importações caiu 60% na Venezuela, se reduziu 39% no Uruguai e 36% no México, após já ter diminuído 30% e 41% respectivamente, no ano anterior, baixou 27% no Peru e se contraiu 17% tanto na Argentina e no Chile, ambos países aonde já haviam sofrido uma diminuição drástica de cerca de 40% em 1982 (Veja outra vez o quadro 8).

Em contraste com a incomum redução do volume das importações o quantum das exportações incrementou 7% no conjunto da região e 9% nos países não exportadores de petróleo. Igual a queda real das importações os aumentos do volume das exportações

refletiram principalmente o esforço de ajuste realizado pelas economias latino-americanas mediante políticas orientadas para modificar os preços relativos dos bens comerciáveis no comércio internacional e os não comerciáveis, e para reduzir o gasto interno.

Sem embargo, a evolução desfavorável pelo quarto ano consecutivo do comércio mundial e as quedas consideráveis nos preços internacionais de petróleo e outros produtos básicos impediram que esta expansão relativamente satisfatória do volume das exportações redundasse num incremento similar no seu valor. De fato, como pode notar-se no quadro 9 este diminuiu ligeiramente no conjunto da região e baixou quase 6% no grupo dos países exportadores de petróleo.

Ainda que a queda experimentada no valor unitário das exportações em 1983 influiu-se fortemente da diminuição do preço internacional dos combustíveis, ela derivou-se também das reduções que sofreram as cotações internacionais dos produtos de grande importância para a região como o café, açúcar e um bom número de minerais. Por outro lado, como mostra o quadro 10, as importantes altas que beneficiaram em 1983 os preços internacionais da banana, do cacau, do milho, da farinha de pescado, da lã e do cobre estiveram além de neutralizar, salvo o caso do primeiro destes produtos, as enormes baixas que eles apresentaram nos anos anteriores.

Como a queda do valor unitário das exportações foi bastante superior a das importações, a relação de preços de troca da América Latina diminuiu pouco mais de 7%, após ter declinado 5% em 1982 e 7% em 1981 (Veja quadro 11).

Como o que ocorreu em 1982, o declínio dos termos de intercâmbio foi mais agudo no grupo de países exportadores de petróleo do que nas restantes economias da região. Sem embargo, como nestas últimas a relação de preços já se tinha deteriorado fortemente nos cinco anos precedentes, o índice respectivo não somente foi cerca de 30% mais baixo em 1983 do que em 1978, mas também caiu ao seu nível mais baixo no último meio século. O seu valor no período 1980-1983 foi consideravelmente menor ao registrado durante os anos 1931-1933, que constituíram a etapa mais crítica da Grande Depressão.

Pelo contrário, entre os países exportadores de petróleo a deterioração da relação de preços de trocas durante os últimos dois anos não logrou a compensar o notável avanço que esta experimentou no biênio 1979-1980. Assim,

em todas estas economias, salvo o Peru, o índice dos termos de intercâmbio foi todavia muito superior em 1983 ao de qualquer dos países não exportadores de petróleo e no conjunto delas a relação de preços de troca foi 16% mais alta que em 1978, ano que precedeu a segunda série de fortes altas no preço internacional do petróleo (Veja outra vez o quadro 11).

Por outro lado, a nova queda na relação de preços de troca significou que em 1983 se estancou por completo o poder de compra das exportações da América Latina; pese que seu volume aumentou cerca de 7%. Como já se assinalou, o crescimento deste foi ainda maior (9%) nos países não exportadores de petróleo com o qual o volume de suas vendas externas de mercadorias reiniciou em 1983 a vigorosa expansão demonstrada desde inícios da década passada e que foi interrompida em 1982 (Veja o gráfico 5). Graças também a este aumento do quantum exportado, o poder de compra das exportações deste grupo de países incrementou-se 6,5% em 1983. Sem embargo, este aumento esteve muito aquém de compensar as quedas dos anos anteriores.

Nos países exportadores de petróleo, o incremento do quantum foi muito mais baixo (2,5%) e não neutralizou os efeitos causados pela diminuição de cerca de 7,5% de sua relação de preços de troca. Como consequência, o poder aquisitivo de suas vendas externas diminuiu pelo segundo ano consecutivo em aproximadamente 4% (veja o quadro 12).

b) O Balanço de Pagamentos

Como consequência da queda maior do valor das importações do que das exportações, o saldo do comércio de mercadorias experimentou em 1983 uma nova e significativa mudança. Como efeito, após a volta radical ocorrida em 1982, quando um superávit de mais de 9.7 bilhões de dólares substituiu um déficit de 1,6 bilhões registrado no ano anterior, em 1983 produziu-se uma expansão extraordinária do excedente comercial, cujo valor de mais de 31 bilhões de dólares triplicou folgadoamente o do ano anterior.

A este resultado contribuíram, sobretudo, os enormes aumentos que tiveram os superávits comerciais logrados por Venezuela, Brasil e México e as mudanças consideráveis registradas no comércio de mercadorias da Argentina, Chile, Peru e Uruguai.

Na Venezuela o superávit comercial de mais de 9,3 bilhões de dólares quase triplicou o obtido em 1982, pese que, como sucedeu naquele ano, o valor das exportações diminuíram significativamente.

No Brasil -aonde o excedente do comércio de mercadorias multiplicou-se por oito entre 1982 e 1983 ao passar de 780 milhões a 6,3 bilhões de dólares- o aumento deveu-se tanto a expansão das exportações como a contração das importações.

Por sua vez, o México, que já em 1982 havia logrado transformar um déficit de 4,1 bilhões de dólares registrado no ano anterior em um superávit de quase 6,9 bilhões, elevou o saldo positivo de seu comércio a 12 bilhões de dólares em 1983, graças a uma nova e enorme queda do valor de suas importações e a quase manutenção do valor de suas vendas externas (veja outra vez o quadro 7).

A evolução do saldo comercial foi similar a do México no Chile e Uruguai, ainda que, naturalmente os valores absolutos destas variações foram muito menores. Assim, o Chile após ter um enorme déficit de cerca de 2,7 bilhões de dólares em 1978 e de alcançar um excedente em 1982, obteve em 1983 um superávit de cerca de 1 bilhão de dólares. Neste mesmo lapso de tempo, o Uruguai transformou um déficit de 360 milhões de dólares em um superávit de 460 milhões. Sem embargo, em ambos países a causa exclusiva desta mudança no resultado do comércio exterior foi a contração radical do valor das importações que entre 1981 e 1983 reduziu-se 56% no Chile e 62% no Uruguai.

A drástica contração das importações foi, assim mesmo, a causa principal do novo aumento do excedente comercial obtido pela Argentina, do maior superávit logrado pelo Equador, e a substituição no Peru do déficit registrado no ano anterior por um pequeno superávit.

Em contraste com o ocorrido em 1982, quando o efeito sobre as transações correntes da transformação no saldo comercial foi neutralizado em boa medida pelo forte aumento dos pagamentos de juros e lucros, em 1983 a contribuição feita pelo maior superávit comercial à redução do desequilíbrio das transações correntes foi reforçada pela queda nas remessas financeiras.

O valor destas remessas, que nos cinco anos anteriores quadruplicaram-se folgadoamente, passando de 8,6 bilhões de dólares em 1977 a quase 36,8 bilhões em 1982, diminuiu para pouco menos de 34 bilhões em 1983, como resultado da contração da atividade econômica interna e da ligeira queda dos pagamentos de juros provocada pelo declínio nas taxas nominais de juros no mercado financeiro internacional.

Nestas circunstâncias, o déficit em transações correntes que já em 1982 havia diminuído 10%, após alcançar um máximo histórico de 40 bilhões de dólares durante o ano anterior reduziu espetacularmente para menos de 8,5 bilhões de dólares.

Para este resultado contribuíram quase todos os países da região, seja através da forte diminuição dos déficit em transações corrente, seja como no México e Venezuela pela substituição deste por quantiosos superávits; ou seja por lograr um maior superávit como sucedeu em Trinidad e Tobago. As únicas exceções a esta tendência geral ocorreram na Bolívia, Costa Rica, Haiti e Nicaragua, que registraram maiores saldos negativos em suas transações correntes que no ano anterior.

Sem embargo, a drástica redução do déficit em transações correntes ocorrida em 1983 deveu-se também, em boa medida, a queda não menos radical que, pelo segundo ano consecutivo, sofreu o movimento líquido de capitais. Este que já entre 1981 e 1982 reduziu-se de 38 bilhões para 16,6 bilhões de dólares, caiu em 1983 para menos de 4,5 bilhões de dólares.

Assim igual ao ano anterior, a quantia líquida dos investimentos e empréstimos foi muito inferior aos pagamentos líquidos de juros e lucros como se explica na seção seguinte, isto significou que a América Latina realizou em 1983 uma transferência de recursos para o exterior de quase 29,5 bilhões que superou em 46% o já alto valor remetido no ano anterior.

A entrada líquida de capitais foi também menor em 1983 que o déficit em transações correntes, repetindo assim a situação apresentada tanto em 1981 como 1982. Consequentemente, o balanço global de pagamentos encerrou com um déficit pelo terceiro ano sucessivo. Ainda que seu valor de pouco menos de 4 bilhões equivaleu a quinta parte do valor de 1982, ele excedeu em mais de 70% o saldo adverso registrado em 1981 (veja novamente o quadro 8).

c) Dívida externa

De acordo com cálculos muito preliminares, estima-se que no fim de 1983 a dívida externa total da América Latina ascendeu a um valor aproximado de 310 bilhões de dólares. Seu crescimento durante o ano teria sido assim de 7%, taxa bastante inferior a de 12% correspondente em 1982 e, sobretudo, muito menor que a de 23% registrada, em média, durante o período 1977-1981 (veja o quadro 1 e quadro 14).

Esta forte diminuição no ritmo de aumento da dívida deveu-se à política restritiva adotada pelos bancos comerciais internacionais no seu relacionamento com a América Latina. Em 1983 estes praticamente não outorgaram novos empréstimos autônomos à região, ainda que canalizaram recursos através dos processos de renegociação da dívida externa iniciados por numerosos países latino-americanos (*). Nestas circunstâncias grande parte da expansão da dívida teve sua origem na capitalização, por parte dos bancos, dos pagamentos de juros. Este processo obedeceu, por sua vez, em parte a pressão exercida sobre os bancos pelo Fundo Monetário Internacional para que eles refinanciassem uma parte (geralmente por volta de 50%) dos juros devidos como contribuição aos programas de ajustes auspiciados pelo Fundo.

A necessidade de refinarciar uma parte considerável dos pagamentos dos juros resulta evidente quando se toma em conta a enorme carga que eles apresentam para a maioria dos países da região. Apesar que em 1983 os pagamentos de juros diminuíram como consequência, principalmente, da ligeira diminuição que tiveram as taxas prevalecentes nos principais mercados financeiros internacionais, isto equivaleu ainda a 35% do valor das exportações de bens e serviços para o conjunto da região (veja o quadro 15). Esta proporção, ainda que menor que a de 38% correspondente em 1982, foi muito maior que as registradas entre 1977 e 1981 e superou amplamente a de 20% considerada habitualmente com um limite máximo aceitável. Por outra parte a porcentagem que em 1983 se dedicou ao pagamento de juros foi bastante maior na Argentina (51%), Brasil (44%) e Costa Rica (44%). Ela foi, pelo contrário, muito baixa em El Salvador (10,5%), Guatemala (7,5%) e Haiti (3,5%).

III. O FINANCIAMENTO EXTERNO E A TRANSFERÊNCIA REAL DE RECURSOS

Como já se assinalou, o brusco ajuste nas transações correntes do balanço de pagamentos que teve lugar em 1983 foi induzido em boa medida pela contração não menos violenta da entrada líquida de capital. O valor desta equivaleu em 1983 a apenas uma quarta parte do recebido em 1982 -que já havia sido muito inferior- e a somente 15% do que foi captado em média durante o quadriênio 1978-1981 (Veja o quadro 13).

(*) Entre agosto de 1982 e fins de 1983 solicitaram a reprogramação dos pagamentos de sua dívida externa todos os países que aparecem no quadro 14, salvo Colômbia, El Salvador, Guatemala, Panamá e Paraguai. Também o fizeram Cuba e Jamaica que não figuram no quadro por não ter disposto da informação necessária. Para uma análise detalhada dos processos de renegociação da dívida externa. Veja a primeira seção do documento da CEPAL, "Estudio Económico da América Latina, 1982"

O adverso significado desta forte queda da entrada líquida de capitais é ainda mais evidente ao se comparar seu valor com o dos pagamentos líquidos de juros e lucros. Como pode observar-se no quadro 13 o valor destes últimos excedeu em 1983 pelo segundo ano consecutivo ao dos empréstimos e investimentos líquidos recebidos. Por conseguinte, igual a 1982, a América Latina, em lugar de receber uma transferência líquida de recursos reais do exterior, efetuou uma transferência de recursos para o resto do mundo. Prolongou-se assim uma solução que, dado o grau relativo de desenvolvimento da região, pode qualificar-se como perversa.

Esta transferência alcançou, ademais, valores muito consideráveis: 20 bilhões de dólares em 1982 e quase 30 bilhões em 1983, isto é, magnitudes equivalentes a 19% e 27% do valor das exportações de bens e serviços e entre 2,5% e 4% do produto interno bruto. Considerada ainda de outro ângulo, a reversão no fluxo dos pagamentos financeiros líquidos ocorrida entre 1981 e 1983 foi equivalente a queda de aproximadamente a um terço na relação de preços de troca.

Assim, a espetacular mudança na direção dos fluxos financeiros líquidos foi uma causa definitiva da contração quase geral da atividade econômica na América Latina e das dificuldades que alguns países enfrentaram no serviço da sua dívida externa. Como pode observar-se claramente no quadro 13, até 1981 a região recebeu capitais cujo valor bruto excedeu amplamente à soma das amortizações, investimentos no exterior e remessas de juros e lucros. De fato, durante 1973-1981 esta transferência equivaleu em média a 16% do valor das exportações, que por sua vez aumentou neste período a um ritmo anual de cerca de 20%. Nestas circunstâncias, a América Latina pode pagar as amortizações e juros de sua dívida externa e lucros remetidos pelo capital estrangeiro mediante os novos empréstimos e investimentos recebidos anualmente.

Sem embargo, a magnitude dessa transferência líquida de recursos começou a diminuir a partir de 1979, já que os aumentos das entradas líquidas de capital foram mais do que compensados pelos incrementos ainda maiores que tiveram os pagamentos de juros e lucros. Esta tendência culminou no período 1982-1983, durante o qual, ao cair verticalmente a entrada líquida de capital, a região pagou a maior parte dos pagamentos de juros e lucros com recursos provenientes do superávit comercial ou das reservas internacionais acumuladas previamente. Como já se explicou, por causa do desfavorável contexto internacional, o excedente obtido não decorreu de um aumento das exportações mas sim originou-se numa

Contração extremadamente severa das importações, a que por sua vez influenciou negativamente sobre a atividade econômica. Foi, pois, através desta série de reações encadeadas que a drástica redução da entrada líquida de capitais afetou em definitivo os níveis de produção e emprego.

Por sua vez, a causa fundamental da queda do valor líquido dos empréstimos e investimentos ocorrida nos dois últimos anos foi a reação dos bancos comerciais internacionais -os principais credores da América Latina- ante a desfavorável conjuntura externa que enfrentou a região.

Esta atitude manifestou-se ostensivamente pela primeira vez em 1982 e persistiu em 1983. Assim, segundo cifras do Banco de Pagamentos Internacionais (BIS) os novos empréstimos líquidos outorgados pelos bancos privados a América Latina (excluindo Venezuela e Equador) diminuiu de 21 bilhões de dólares no segundo semestre de 1981 a 12 bilhões na primeira metade de 1982 e a apenas 300 milhões no segundo semestre daquele ano.

No primeiro semestre de 1983 os bancos efetuaram empréstimos de 3,7 bilhões de dólares. Sem embargo, este reforço não se originou de uma resposta "espontânea" dos bancos mas sim dos aportes que, sob pressão do Fundo Monetário Internacional, os bancos efetuaram aos "pacotes de resgate" desenhados por aquele organismo para facilitar o processo de ajuste em numerosas economias latino-americanas.

Quadro 1

AMÉRICA LATINA: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS a)

Conceitos	1975	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983 ^b
Produto interno bruto a preços de mercado (bilhões de dólares de 1970)	263	292	305	326	345	350	347	335
População (milhões de habitantes)	303	318	326	334	343	351	359	369
Produto interno bruto por habitante (dólares de 1970)	868	916	936	974	1 007	997	965	911
Renda nacional bruta por habitante (dólares de 1970)	867	918	929	972	1 009	985	938	883
Taxas de crescimento								
Produto interno bruto	3.7	5.0	4.7	6.6	5.9	1.5	-1.0	-3.3
Produto interno bruto por habitante	1.2	2.4	2.2	4.0	3.4	-0.9	-3.3	-5.6
Renda nacional bruta por habitante	-0.3	2.5	1.3	4.6	3.8	-2.4	-4.8	-5.9
Preço ao consumidor c)	57.8	40.0	39.0	54.1	52.8	60.8	85.6	130.4
Relação de preços de intercâmbio	-14.0	6.0	-10.9	4.4	4.2	-7.3	-7.0	-7.2
Valor corrente das exportações de mercadorias	-7.1	18.9	7.5	34.3	30.1	7.0	-8.5	-1.3
Valor corrente das importações de mercadorias	7.0	14.8	13.8	25.8	32.3	7.6	-19.9	-28.7
Bilhões de dólares								
Exportações de mercadorias	35.0	48.2	51.8	69.6	90.5	96.8	88.6	87.5
Importações de mercadorias	40.4	48.3	55.0	69.1	91.5	98.4	78.9	56.3
Saldo do comércio de bens	-5.4	-0.1	-3.2	0.5	-1.0	-1.6	9.7	31.2
Remessas líquidas de lucros e juros	5.8	8.6	10.5	14.2	19.0	29.1	36.8	34.0
Saldo da conta corrente d)	-13.7	-11.7	-18.3	-19.6	-27.7	-40.4	-36.4	-8.5
Movimento líquido de capitais e)	14.5	17.3	26.4	29.0	29.9	38.0	16.6	4.5
Balanço global f)	0.8	5.6	8.1	9.4	2.2	-2.3	-19.8	-4.0
Dívida externa global bruta g)	89.4	107.3	133.0	166.4	205.2	257.9	289.4	309.8

Fonte: CEPAL, baseado em cifras oficiais.

- a) As cifras correspondentes ao produto, população e renda referem-se ao conjunto formado pelos países incluídos no Quadro 2, exceto Cuba. As dos preços ao consumidor referem-se a esses 19 países: mais Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad e Tobago, exceto para o ano de 1982 que exclui Guiana, e para 1983 que exclui Guiana e Haiti. Os dados do setor externo correspondem aos 19 países mais Barbados, Guiana e Trinidad e Tobago, exceto os da dívida externa que inclui os 19 países iniciais mais Guiana.
- b) Estimativas preliminares sujeitas a revisão.
- c) Variação de dezembro a dezembro
- d) Inclui transferências unilaterais privadas líquidas.
- e) Inclui capital a longo e curto prazo, transferências unilaterais oficiais e erros e omissões.
- f) Corresponde à variação das reservas internacionais (com sinal trocado) mais contrapartidas
- g) 1975/1980: inclui a dívida externa pública e privada com garantia oficial, mais a dívida não garantida de longo e curto prazo com instituições financeiras que proporcionam informação ao Banco de Pagamentos Internacionais. Não se inclui a dívida com ou sem garantia com outros bancos comerciais, nem empréstimos de fornecedores sem garantia oficial. 1981/1983: inclui estimativas oficiais da dívida externa total, pelo qual as cifras tem uma maior cobertura e não são estritamente comparáveis com as do período anterior.

Quadro 2

AMÉRICA LATINA: EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO GLOBAL

(Taxas anuais de crescimento)

Pais	1970- 1974	1975- 1978	1979- 1980	1981	1982	1983 ^a	1981- 1983 ^{ab}
Argentina	4.0	0.5	4.0	-5.9	-5.4	2.0	-9.0
Bolivia	5.6	5.1	1.2	-1.1	-9.1	-6.0	-15.7
Brasil	11.1	6.4	7.3	-1.9	1.1	-5.0	-5.8
Colômbia	6.6	4.9	4.7	2.1	1.2	0.5	3.8
Costa Rica	7.1	5.7	2.8	-4.6	-9.0	-0.5	-13.4
Cuba ^c	8.7 ^d	6.9	3.1	14.8	2.7	4.0	22.6
Chile	0.9	1.7	8.0	5.7	-14.3	-0.5	-9.9
Equador	11.5	7.0	5.1	4.5	1.4	-3.5	2.5
El Salvador	4.9	5.5	-5.4	-9.3	-5.2	-1.5	-15.4
Guatemala	6.4	5.5	4.2	0.9	-3.5	-2.5	-4.9
Haiti	4.7	3.3	5.4	0.3	0.3	-0.5	-
Honduras	3.9	5.8	4.8	0.4	-0.6	-0.5	-0.5
México	6.8	5.3	8.8	7.9	-0.5	-4.0	3.1
Nicarágua	5.4	1.5	-9.5	8.7	-1.4	2.0	9.3
Panama	5.8	3.5	8.7	4.2	5.5	0.5	10.5
Paraguai	6.4	9.2	11.0	8.5	-2.0	-1.5	4.4
Peru	4.8	1.5	4.0	3.9	0.4	-12.0	-8.3
República Dominicana	10.1	4.7	5.3	4.1	1.6	4.0	10.0
Uruguai	1.3	4.1	6.0	-0.1	-8.7	-5.5	-13.9
Venezuela	5.4	6.0	-0.4	0.4	0.6	-2.0	-1.1
Total ^e	7.1	4.8	6.2	1.5	-1.0	-3.3	-2.8

Fonte: CEPAL, baseado em cifras oficiais.

- a) Estimativas preliminares sujeitas a revisão.
- b) Variações acumuladas no período.
- c) Se refere ao conceito de produto social global.
- d) Se refere ao período 1971=1974.
- e) Média excluída Cuba.

Quadro 3

AMÉRICA LATINA: EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO POR HABITANTE a)

País	Dólares a preços de 1970					Taxas anuais de crescimento				
	1970	1980	1981	1982	1983 ^b	1980	1981	1982	1983 ^b	1981-1983 ^c
Argentina	1 241	1 345	1 245	1 159	1 166	-0.5	-7.4	-6.9	0.6	-13.3
Bolivia	317	382	368	326	297	-2.1	-3.7	-11.5	-8.7	-22.2
Brasil	530	958	919	908	844	5.4	-4.1	-1.2	-7.1	-11.9
Colômbia	587	824	823	816	802	1.9	-0.1	-1.0	-1.6	-2.7
Costa Rica	740	974	904	801	778	-2.1	-7.2	-11.4	-2.9	-20.1
Chile	967	1 047	1 088	916	897	6.0	3.9	-15.8	-2.2	-14.3
Ecuador	420	732	742	729	683	1.7	1.3	-1.7	-6.3	-6.7
El Salvador	422	432	380	350	335	-11.6	-11.9	-8.0	-4.3	-22.4
Guatemala	439	561	549	515	489	0.7	-2.1	-6.3	-5.1	-12.9
Haiti	123	148	145	142	137	3.3	-2.2	-2.1	-3.1	-7.2
Honduras	313	357	346	332	320	-0.7	-3.0	-4.0	-3.7	-10.3
México	978	1 366	1 436	1 391	1 301	5.5	5.1	-3.1	-6.4	-4.8
Nicaragua	413	341	359	342	338	6.7	5.3	-4.6	-1.4	-0.9
Panamá	904	1 154	1 176	1 214	1 194	8.6	2.0	3.2	-1.7	3.5
Paraguai	383	633	665	632	603	7.9	5.1	-4.9	-4.6	-4.7
Peru	659	690	698	683	585	1.2	1.2	-2.2	-14.3	-15.2
República Dominicana	378	601	611	606	616	3.6	1.7	-0.8	1.6	2.5
Uruguai	1 097	1 423	1 412	1 281	1 200	5.1	-0.8	-9.3	-6.3	-15.6
Venezuela	1 205	1 268	1 230	1 197	1 135	-5.1	-3.0	-2.7	-5.2	-10.5
Total	721	1 007	997	965	911	3.4	-0.9	-3.3	-5.6	-9.5

Fonte: CEPAL, baseada em cifras oficiais.

a) A preços de mercado.

b) Estimativas preliminares sujeitas a revisão.

c) Variações acumuladas no período.

Quadro 4

AMÉRICA LATINA: EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO URBANO

(Taxas anuais médias)

Pais	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Argentina ^a	5.4	3.4	2.6	4.5	2.8	2.8	2.0	2.3	4.5	4.7	4.9
Bolivia ^b	4.5	6.2	7.5	9.7	...	12.6
Brasil ^c	6.8	6.4	6.2	7.9	6.3	6.8
Colômbia ^d	...	12.7	11.0	10.6	9.0	9.0	8.9	9.7	8.2	9.3	11.0
Costa Rica ^e	5.4	5.1	5.8	5.3	6.0	9.1	9.9	9.8
Chile ^f	4.8	8.3	15.0	16.3	13.9	13.3	13.4	11.7	9.0	20.0	19.7
México ^g	7.5	7.4	7.2	6.8	8.3	6.9	5.7	4.5	4.2	6.7	12.5
Panamá ^h	...	7.5	8.6	9.0	...	9.6	11.9	9.8	11.8	10.4	...
Paraguai ⁱ	6.7	5.4	4.1	5.9	3.9	2.2	...	9.4
Peru ^j	5.0	4.1	7.5	6.9	8.7	8.0	6.5	7.1	6.8	7.0	8.8
Uruguai ^k	8.9	8.1	...	12.7	11.8	10.1	8.3	7.4	6.7	11.9	15.7
Venezuela ^l	...	7.6	8.3	6.8	5.5	5.1	5.8	6.6	6.8	7.8	...

Fonte: CEPAL e PREALC, baseado em cifras oficiais.

a) Capital Federal e a Grande Buenos Aires. Média abril-outubro; 1983 abril.

b) La Paz. 1978 e 1979 segundo semestre; 1980 maio-outubro; 1983 abril.

c) Áreas metropolitanas de Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. Média doze meses; 1980 média junho-dezembro; 1983 média janeiro-setembro.

d) Bogota, Barranquilla, Medellin e Cali. Média de março, junho, setembro e dezembro. 1983 média março, junho e setembro.

e) Nacional urbano. Média março, julho e novembro; 1983 estimativa de PREALC, março-julho.

f) A Grande Santiago. Média quatro trimestres; 1983 média janeiro-setembro. Apartir de agosto de 1983 a informação se refere à área metropolitana de Santiago.

g) Áreas metropolitanas da Cidade do México, Guadalajara e Monterrey. Média quatro trimestres, 1982 e 1983 estimativa para a média anual do total do país, baseados em cifras da Secretaria de Trabalho.

h) Nacional não agrícola com exceção de 1978 e 1979 que correspondem ao setor urbano. 1980 corresponde à desocupação da área urbana que registrou o Censo de População e 1981 e 1982 à área metropolitana.

i) Assunção, Fernando de la Mora, Lambarey áreas urbanas de Luque e San Lorenzo. 1983 estimativa oficial.

j) Lima Metropolitana. 1978 média julho-agosto, 1979 agosto-setembro, 1980 abril, 1981 junho, 1982 e 1983 estimativa oficial.

k) Montevideo. Média dois semestres; 1983 média janeiro-agosto.

l) Nacional urbano. Média dois semestres..

Quadro 5

AMÉRICA LATINA: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AO CONSUMIDOR

(Variações de dezembro a dezembro)

País	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
América Latina ^a	57.8	62.2	40.0	39.0	54.1	52.8	60.8	85.6	130.4
Países de inflação tradicionalmente alta	68.9	74.5	47.1	45.7	61.9	61.5	71.7	102.8	153.6
Argentina	334.9	347.5	150.4	169.8	139.7	87.6	131.2	209.7	401.6 ^b
Bolívia	6.6	5.5	10.5	13.5	45.5	23.9	25.2	296.5	249.0 ^c
Brasil	31.2	44.8	43.1	38.1	76.0	86.3	100.6	101.8	175.2 ^b
Colômbia ^d	17.9	25.9	29.3	17.8	29.8	26.5	27.5	24.1	17.0 ^b
Chile	340.7	174.3	63.5	30.3	38.9	31.2	9.5	20.7	23.7 ^b
México	11.3	27.2	20.7	16.2	20.0	29.8	28.7	98.8	91.9 ^c
Peru	24.0	44.7	32.4	73.7	66.7	59.7	72.7	72.9	124.9 ^c
Uruguai	66.8	39.9	57.3	46.0	83.1	42.8	29.4	20.5	62.7 ^b
Países de inflação tradicionalmente moderada	8.7	7.9	8.8	9.8	20.1	15.4	14.1	11.4	15.7
Barbados	12.3	3.9	9.9	11.3	16.8	16.1	12.3	6.9	3.5 ^e
Costa Rica	20.5	4.4	5.3	8.1	13.2	17.8	65.1	81.7	12.6 ^c
Equador	13.2	13.1	9.8	11.8	9.0	14.5	17.9	24.3	65.9 ^c
El Salvador	15.1	5.2	14.9	14.6	14.8	18.6	11.6	13.8	15.4 ^e
Guatemala	0.8	18.9	7.4	9.1	13.7	9.1	8.7	-2.0	0.0 ^b
Guyana	5.5	9.2	9.0	20.0	19.4	8.5	29.1
Haiti	-0.1	-1.4	5.5	5.5	15.4	15.3	16.4	-1.7 ^f	...
Honduras	7.8	5.6	7.7	5.4	18.9	15.0	9.2	9.4	9.6 ^e
Jamaica	15.7	8.3	14.1	49.4	19.8	28.6	4.8	7.0	12.1 ^c
Nicarágua	1.9	6.2	10.2	4.3	70.3	24.8	23.2	22.2	...
Panamá	1.4	4.8	4.8	5.0	10.0	14.4	4.8	3.7	1.9 ^c
Paraguai	8.7	3.4	9.4	16.8	35.7	8.9	15.0	4.2	14.0 ^g
República Dominicana	16.5	7.0	8.5	1.8	26.2	4.2	7.4	7.1	2.8 ^h
Trinidad y Tabago	13.4	12.0	11.4	8.8	19.5	16.6	11.6	10.8	16.7 ^c
Venezuela	8.0	6.9	8.1	7.1	20.5	19.6	10.8	7.9	6.4 ^c

Fonte: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics, e informação oficial fornecida pelos países.

- a) O total de América Latina é as cifras parciais dos grupos de países correspondem às variações dos preços dos países, ponderados pela população de cada ano.
- b) Variação entre novembro de 1983 e novembro de 1982.
- c) Variação entre outubro de 1983 e outubro de 1982.
- d) Até 1980 corresponde a variação do índice de preços ao consumidor de operários; de 1981 em frente a variação do total nacional, que inclui a operários e empregados.
- e) Corresponde à variação entre julho de 1983 e julho de 1982.
- f) Até 1982 corresponde a variação do índice de preços ao consumidor na cidade de Quito, em 1983 à do total nacional.
- g) Corresponde à variação entre agosto de 1983 e agosto de 1982.
- h) Corresponde à variação entre abril de 1983 e abril de 1982.
- i) Corresponde à variação entre setembro de 1983 e setembro de 1982.

Quadro 6

AMÉRICA LATINA: BALANÇA COMERCIAL

(Milhoes de dolares)

País	Exportações de bens fob			Importações de bens fob			Balança comercial		
	1981	1982	1983	1981	1982	1983	1981	1982	1983
América Latina	96 811	88 592	87 460	98 412	78 852	56 290	-1 601	9 740	31 170
Países exportadores de petróleo	49 134	46 549	43 900	44 753	36 006	20 670	4 381	10 543	23 230
Bolivia	909	828	790	680	429	500	229	399	290
Equador	2 544	2 334	2 300	2 362	2 181	1 630	182	153	670
Mexico	19 938	21 374	21 000	24 038	14 489	9 000	-4 100	6 885	12 000
Peru	3 249	3 230	2 960	3 802	3 787	2 830	-553	-557	130
Trinidad e Tabago	2 531	2 418	2 180	1 748	1 954	1 370	783	464	810
Venezuela	19 963	16 365	14 670	12 123	13 166	5 340	7 840	3 199	9 330
Países não exportadores de petróleo	47 677	42 043	43 560	53 659	42 846	35 620	-5 982	-803	7 940
Argentina	9 142	7 598	7 800	8 432	4 873	3 900	710	2 725	3 900
Barbados	163	208	...	521	501	...	-358	-293	...
Brasil	23 276	20 172	22 300	22 091	19 395	16 000	1 185	777	6 300
Colômbia	3 219	3 230	2 920	4 763	5 176	4 390	-1 544	-1 946	-1 470
Costa Rica	1 003	871	800	1 090	780	840	-87	91	-40
Chile	3 837	3 706	3 840	6 513	3 643	2 840	-2 676	63	1 000
El Salvador	798	738	720	898	822	880	-100	-84	-160
Guatemala	1 299	1 200	1 130	1 540	1 284	1 140	-241	-84	-10
Guyana	346	276	200	400	320	250	-54	-44	-50
Haiti	150	174	140	358	278	290	-208	-104	-150
Honduras	784	676	690	899	681	680	-115	-5	10
Nicarágua	500	429	440	897	646	710	-397	-217	-270
Panama	343	345	330	1 441	1 441	1 250	-1 098	-1 096	-920
Paraguaj	399	396	370	772	711	570	-373	-315	-200
República Dominicana	1 188	768	820	1 452	1 257	1 280	-264	-489	-460
Uruguai	1 230	1 256	1 060	1 592	1 038	600	-362	218	460

Fonte: 1981, 1982: Fundo Monetário Internacional; as cifras sobre Equador (1982), El Salvador (1982), Guiana (1982), Nicarágua (1981, 1982) e Trinidad e Tobago (1982), são estimativas da CEPAL. As cifras do Chile para 1981, 1982 e 1983: Banco Central do Chile. 1983: CEPAL, estimativas preliminares sujeitas a revisão.

AMÉRICA LATINA: BALANÇO DE PAGAMENTOS
(Milhões de dólares)

País	Pagamentos líquidos de serviços		Remessas líquidas de lucros e juros				Balanço em transações correntes b)				Movimento líquido de capitais				Balanço global d)			
	1981	1982	1983	1981	1982	1983	1981	1982	1983	1981	1982	1983	1981	1982	1983	1981	1982	1983
	América Latina	11 380	9 645	6 360	29 068	36 810	33 950	-40 370	-36 396	-8 460	38 038	16 569	4 470	-2 332	-19 827	-3 990	97	-11 141
Países exportadores de petróleo	6 254	5 148	1 320	11 742	14 391	14 690	-12 791	-9 506	7 050	12 888	-1 635	-6 800	97	-11 141	250			
Bolivia	215	122	120	340	415	380	-312	-121	-190	319	153	-250	7	32	-440			
Equador	487	450	500	722	773	760	-1 027	-1 070	-590	656	742	490	-371	-328	-100			
México	1 192	-316	-2 500	8 896	10 429	10 900	-14 075	-3 122	3 700	14 531	237	-1 700	456	-2 885	2 000			
Peru	237	213	270	1 020	1 053	1 200	-1 810	-1 823	-1 340	1 138	1 753	1 370	-672	-70	30			
Trinidad e Tobago	119	-22	50	190	409	350	407	44	410	291	232	-1 210	698	276	-800			
Venezuela	4 004	4 701	2 880	574	1 312	1 100	4 026	-3 414	5 060	-4 047	-4 752	-5 500	-21	-8 166	-440			
Países não exportadores de petróleo	5 126	4 317	5 040	17 326	22 419	19 260	-27 579	-26 890	-15 510	25 150	18 204	11 270	-2 429	-8 686	-4 240			
Argentina	1 702	478	1 000	3 701	4 755	4 800	-4 712	-2 477	-1 900	1 519	1 807	1 900	-3 193	-670	0			
Barbados	-239	-253	...	17	19	...	-113	-42	...	101	49	...	-12	7	...			
Brasil	2 862	3 589	3 860	10 274	13 494	10 200	-11 760	-16 314	-7 660	12 381	11 121	6 280	621	-5 193	-1 380			
Colômbia	169	-11	-60	426	580	590	-1 895	-2 291	-1 780	2 328	1 647	-170	433	-644	-1 950			
Costa Rica	44	-20	-20	304	345	430	-407	-206	-400	358	331	300	-49	125	-100			
Chile	701	555	510	1 464	1 921	1 620	-4 805	-2 372	-1 090	4 942	1 027	440	137	-1 345	-650			
El Salvador	110	122	60	100	85	110	-266	-240	-230	217	170	340	-49	-70	110			
Guatemala	312	231	190	103	122	120	-567	-376	-270	265	338	260	-302	-38	-10			
Guyana*	76	66	50	54	55	50	-179	-166	-160	153	160	150	-26	-6	-10			
Haiti	69	73	60	13	14	20	-225	-142	-170	168	97	160	-57	-45	-10			
Honduras	62	52	50	153	202	190	-321	-249	-220	249	204	200	-72	-45	-20			
Nicarágua	82	23	80	93	154	170	-571	-393	-530	677	270	510	106	-123	-20			
Panamá	-879	-849	-850	228	236	340	-496	-539	-370	423	525	370	-73	-14	0			
Paraguai	-22	92	40	29	-14	10	-378	-391	-250	421	329	150	43	-62	-100			
República Dominicana	42	-97	-160	293	254	290	-416	-457	-390	454	311	340	38	-146	-50			
Uruguai	35	266	230	74	197	320	-468	-235	-90	494	-182	40	26	-417	-50			

Fonte: 1981, 1982: Fundo Monetário Internacional; as cifras sobre Equador (1982), El Salvador (1982), Guiana (1982), Nicarágua (1981, 1982) e Trinidad e Tobago (1982) são estimativas preliminares da CEPAL sujeitas a revisão. As cifras sobre Chile 1981, 1982 e 1983: Banco Central. 1983: CEPAL, estimativas preliminares sujeitas a revisão.

- a) Exclui pagamentos líquidos de lucros e juros.
- b) Inclui transferências unilaterais privadas líquidas.
- c) Inclui capital de longo e curto prazo, transferências unilaterais oficiais e erros e omissões.
- d) Corresponde à variação das reservas internacionais (com sinal contrário) mais as contrapartidas.

Quadro 8

AMÉRICA LATINA: IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS
(Índices: 1970 = 100 e taxas anuais de crescimento)

País	Valor				Valor unitário				Quantum			
	Índice	Taxas de crescimento			Índice	Taxas de crescimento			Índice	Taxas de crescimento		
	1983 ^a	1981	1982	1983 ^a	1983 ^a	1981	1982	1983 ^a	1983 ^a	1981	1982	1983 ^a
América Latina	427	7.6	-19.9	-28.7	320	5.7	-2.6	-0.4	133	1.9	-17.8	-28.4
Países exportadores de petróleo	389	19.3	-19.5	-42.6	268	7.7	-2.0	-0.3	145	10.8	-17.9	-42.4
Bolivia	370	0.0	-37.0	16.6	298	1.9	-2.6	-3.0	124	-1.9	-35.3	20.2
Equador	653	5.3	-7.6	-25.3	244	6.7	-0.3	-0.9	268	-1.3	-7.4	-24.6
México	403	27.2	-39.7	-37.8	268	5.7	1.3	-3.9	150	20.3	-40.5	-35.6
Peru	405	24.1	-0.4	-25.2	306	7.8	2.0	2.9	132	15.1	-2.3	-27.3
Trinidad e Tabago	496	0.0	11.8	-29.9	251	3.2	-4.6	-2.9	198	-3.1	17.2	-27.8
Venezuela	312	11.5	8.6	-59.4	261	11.9	-5.7	1.9	119	-0.4	15.2	-60.2
Países não exportadores de petróleo	453	-0.5	-20.3	-16.9	362	6.8	-3.2	-4.2	125	-6.9	-17.7	-13.2
Argentina	260	-10.2	-42.2	-20.0	308	2.4	-5.1	-4.0	88	-12.4	-39.1	-16.7
Barbados	...	8.9	-3.9	6.8	-4.5	2.0	0.6	...
Brasil	638	-3.8	-12.2	-17.5	430	10.9	-3.6	-4.0	148	-13.2	-8.9	-14.2
Colômbia	547	10.8	8.7	-15.2	268	6.2	-4.3	-1.0	204	4.3	13.6	-14.4
Costa Rica	293	-20.7	-28.4	7.7	341	5.0	5.2	-1.0	86	-24.5	-32.0	8.9
Chile	328	19.1	-44.1	-21.9	378	7.2	-7.9	-5.1	87	11.1	-39.3	-17.8
El Salvador	452	0.2	-8.5	7.1	321	4.9	5.7	-2.1	140	-4.5	-13.4	9.4
Guatemala	428	4.6	-16.6	-11.1	346	4.6	-6.3	-2.9	124	0.0	-21.5	-13.7
Guyana	209	3.4	-19.9	-21.7	326	3.8	-5.3	-3.9	64	-0.4	-15.4	-18.7
Haiti	607	12.3	-22.3	4.4	321	3.2	5.1	0.9	189	8.8	-26.1	3.2
Honduras	334	-5.8	-24.2	-0.2	312	5.8	1.0	-1.0	107	-10.9	-25.0	0.8
Nicarágua	398	11.7	-28.0	10.0	350	3.9	5.0	3.0	114	7.5	-31.4	6.8
Panama	378	9.4	0.0	-13.1	422	2.9	4.8	-1.0	90	6.4	-4.6	-12.3
Paraguai	744	14.4	-7.9	-19.8	333	3.2	3.7	0.0	224	10.8	-11.2	-19.9
República Dominicana	460	-4.5	-13.4	1.7	324	3.6	2.2	0.0	142	-7.8	-15.3	1.9
Uruguai	295	-4.6	-34.8	-42.3	337	10.9	-7.1	-5.0	88	-13.9	-29.8	-39.3

Fonte: CEPAL, baseada em cifras oficiais.

a) Estimativas preliminares sujeitas a revisão.

Quadro 9

AMÉRICA LATINA: EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS

(Índices: 1970 = 100 e taxas anuais de crescimento)

País	Valor				Valor unitário				Quantum			
	Índice	Taxas de crescimento			Índice	Taxas de crescimento			Índice	Taxas de crescimento		
	1983 ^a	1981	1982	1983 ^a	1983 ^a	1981	1982	1983 ^a	1983 ^a	1981	1982	1983 ^a
América Latina	626	7.0	-8.5	-1.3	314	-2.1	-8.1	-7.7	199	9.5	0.6	7.1
Países exportadores de petróleo	779	9.0	-5.3	-5.7	534	7.8	-14.2	-7.9	146	1.2	10.4	2.5
Bolivia	415	-3.5	-9.0	-4.6	386	-0.1	-12.8	3.0	108	-3.4	4.4	-7.3
Equador	979	0.0	-8.3	-1.5	461	-1.0	-7.6	-8.9	212	1.0	-0.7	8.0
México	1558	24.1	7.2	-1.7	413	15.8	-9.3	-7.9	378	7.2	18.2	6.6
Peru	286	-16.7	-0.6	-8.3	293	-12.1	-11.1	6.1	98	-5.2	11.8	-13.7
Trinidad e Tabago	968	-2.1	-4.5	-9.8	1461	13.8	-3.0	-7.0	66	-13.9	-1.5	-3.1
Venezuela	564	4.8	-18.0	-10.3	1196	12.5	-6.0	-8.9	47	-6.9	-12.8	-1.9
Países não exportadores de petróleo	523	5.3	-9.6	3.6	222	-7.0	-6.7	-5.0	236	13.2	-3.3	9.1
Argentina	441	14.0	-16.9	2.8	244	-2.4	-12.0	-7.2	180	16.8	-5.6	10.6
Barbados	...	-10.0	28.0	2.7	-15.0	-12.4	50.5	...
Brasil	814	15.6	-13.3	10.5	221	-7.5	-7.2	-7.1	368	25.0	-6.6	19.1
Colômbia	371	-20.8	0.3	-9.6	286	-17.7	8.9	-4.9	130	-3.8	-7.9	-4.9
Costa Rica	346	0.2	-13.1	-8.1	254	-10.0	-5.5	2.2	136	11.3	-8.1	-10.0
Chile	345	-18.4	-3.4	3.6	138	-15.3	-17.2	3.3	250	-3.7	16.6	0.3
El Salvador	305	-25.8	-7.5	-2.4	283	-8.3	7.1	-5.1	108	-19.1	-13.7	2.9
Guatemala	380	-14.5	-7.6	-5.8	262	-4.0	-4.0	1.9	145	-11.0	-3.8	-7.6
Guyana	155	-10.9	-20.3	-27.6	371	7.6	-5.9	-3.9	42	-17.2	-15.3	-24.5
Haiti	358	-30.3	15.5	-19.4	250	-15.0	13.7	-10.1	143	-18.0	1.6	-10.4
Honduras	387	-7.8	-13.7	2.0	288	-9.1	0.4	2.1	134	1.4	-14.0	0.0
Nicarágua	246	10.9	-14.2	2.5	247	-1.9	-5.0	-5.0	100	13.0	-9.7	7.9
Panamá	253	-8.3	0.4	-4.3	277	1.3	-4.4	1.0	91	-9.5	5.1	-5.6
Paraguai	567	-0.4	-0.6	-6.6	251	10.6	-12.7	-13.0	226	-10.0	13.9	7.3
República Dominicana	383	23.5	35.4	6.8	235	9.1	-22.6	-10.0	163	13.2	-16.5	18.6
Uruguai	473	16.2	2.2	-15.6	255	1.3	-4.4	-4.1	186	14.6	6.9	-12.0

-Fonte: CEPAL, baseada em cifras oficiais.

a) Estimativas preliminares sujeitas a revisão.

Quadro 10

PREÇOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO
(Dólares a preços correntes)

	Médias anuais				Taxas de crescimento			
	1970-1980	1981	1982	1983 ^a	1980	1981	1982	1983
Açúcar demerara b)	12.8	16.9	8.4	8.3	95.9	-41.1	-50.3	-1.2
Café (suave) b)	121.8	145.3	148.6	138.9	-2.5	-18.7	2.3	-6.5
Cacau b)	86.3	94.2	79.0	93.2	21.0	-20.2	-16.1	18.0
Bananas b)	11.8	19.2	18.4	21.5	21.2	1.6	-4.2	16.8
Trigo c)	125.1	178.5	163.0	162.2	7.9	0.6	-8.7	-0.5
Milho c)	127.5	181.0	137.4	154.0	35.9	-13.9	-24.1	12.1
Carne de gado b)	82.2	112.2	108.4	111.4	-3.8	-10.9	3.4	2.8
Farinha de pescado c)	354.7	468.0	353.0	432.0	27.6	-7.1	-24.6	22.4
Soja c)	232.4	288.0	245.0	258.0	-0.7	-2.7	-14.9	5.3
Algodão b)	61.2	85.8	72.8	82.0	21.7	-8.9	-15.2	12.6
Lã b)	131.5	178.2	154.6	144.6	2.1	-8.4	-13.2	-6.5
Cobre b)	69.6	79.0	67.2	75.4	9.6	-19.9	-14.9	12.2
Estanho d)	3.9	6.4	5.8	6.0	8.6	-15.8	-7.8	3.4
Minério de ferro c)	18.3	25.9	27.1	25.3	20.4	-10.4	4.6	-6.6
Chumbo b)	25.3	33.0	24.8	19.7	24.7	-19.7	-24.8	-20.6
Zinco b)	29.7	38.4	33.8	32.7	3.0	11.0	-12.0	-3.3
Bauxita c)	103.5	216.3	208.3	184.9 ^e	39.3	1.8	-3.7	-11.2
Petróleo cru f)								
Arábia Saudita	10.0	32.5	33.5	29.7	68.8	13.2	3.4	-11.3
Venezuela	10.1	32.0	32.0	29.5 ^g	64.3	15.9	0.0	-7.8

Fonte: UNCTAD, Boletín Mensual de Precios de Productos Básicos, Suplementos 1960-1980 e setembro 1983.
Fundo Monetário Internacional, Estadísticas Financieiras Internacionais, Anuários 1981 e outubro 1983.

a) Média janeiro-agosto.

b) Centavos de dólar por peso.

c) Dólares por tonelada métrica.

d) Dólares por peso.

e) Média janeiro-julho.

f) Dólares por barril.

g) Média janeiro-maio.

Quadro 11

AMÉRICA LATINA: RELAÇÃO DE PREÇOS DE INTERCÂMBIO DE MERCADORIAS

(Índices: 1970 = 100 e taxas anuais de crescimento)

País	Índices					Taxas anuais de crescimento				
	1975	1977	1979	1981	1983 ^a	1980	1981	1982	1983 ^a	1979/ 1983 ^{ab}
América Latina	114	128	119	115	98	4.2	-7.3	-7.0	-7.2	-14
Países exportadores de petróleo	194	197	207	244	199	17.9	0.0	-11.5	-7.9	16
Bolivia	111	120	121	139	129	19.1	-3.0	-11.4	4.8	7
Equador	159	195	211	220	189	12.3	-7.4	-7.5	-3.6	10
México	106	123	133	180	154	24.0	9.3	-10.5	-4.3	29
Peru	104	102	117	107	96	11.9	-18.6	-12.8	3.2	10
Trinidad e Tobago	323	318	391	596	582	39.4	9.4	0.9	-3.3	98
Venezuela	335	345	401	513	458	27.1	0.7	-0.9	-10.0	48
Países não exportadores de petróleo	81	98	83	67	61	-7.2	-13.0	-7.6	-1.6	-31
Argentina	101	86	81	89	79	16.1	-5.4	-7.8	-3.7	-5
Barbados	165	103	96	97	...	5.6	-4.0	-11.5
Brasil	85	101	80	56	51	-15.7	-16.7	-3.8	-5.6	-42
Colômbia	82	190	130	98	107	-2.5	-22.6	13.5	-3.6	-29
Costa Rica	78	122	99	82	74	-2.8	-14.8	-10.1	1.3	-26
Chile	53	51	53	39	37	-8.3	-21.2	-10.8	8.8	-26
El Salvador	87	180	122	91	88	-14.8	-12.7	1.4	-4.3	-34
Guatemala	70	120	96	86	76	-2.7	-8.7	-9.5	-2.6	-33
Guyana	140	118	106	118	114	7.5	3.5	-2.0	-1.7	5
Haiti	93	125	98	82	78	2.4	-18.6	7.0	-11.4	-32
Honduras	91	114	103	91	92	2.9	-14.4	-0.7	2.2	-19
Nicarágua	79	113	92	85	71	-1.4	-5.8	-9.5	-7.8	-27
Panama	111	82	75	74	66	1.2	-2.6	-8.5	-2.9	-12
Paraguai	106	140	111	105	75	-11.3	6.1	-15.8	-11.8	-40
República Dominicana	149	90	87	108	73	19.2	4.4	-24.2	-11.0	-15
Uruguai	75	81	90	75	76	-9.6	-8.4	1.7	0.0	-11

Fuente: CEPAL, baseada em cifras oficiais.

a) Estimativas preliminares sujeitas a revisão.

b) Variações porcentuais acumuladas no período.

Quadro 12

AMÉRICA LATINA: PODER DE COMPRA DAS EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS

(Índices: 1970 = 100 e taxas anuais de crescimento)

País	Índices					Taxas anuais de crescimento				
	1975	1977	1979	1981	1983 ^a	1980	1981	1982	1983 ^a	1979/ 1983 ^{ab}
América Latina	133	164	194	217	196	12.9	-0.9	-6.0	-0.1	16
Países exportadores de petróleo	169	183	253	318	294	25.3	0.3	-3.8	-4.0	55
Bolivia	133	164	150	155	139	10.0	-6.1	-7.1	-3.1	-6
Ecuador	280	347	441	435	401	5.4	-6.5	-8.3	0.6	11
México	127	181	299	537	581	53.2	17.2	5.8	2.3	155
Peru	74	88	141	108	94	-0.7	-22.9	-2.3	-10.7	8
Trinidad e Tabago	249	265	314	414	385	39.8	-5.7	-0.7	-6.2	53
Venezuela	214	201	258	282	223	16.6	-6.3	-13.5	-8.7	25
Países não exportadores de petróleo	110	159	155	148	144	-0.6	-3.9	-8.8	6.5	-10
Argentina	78	135	137	154	142	1.5	10.8	-13.0	6.3	4
Barbados	147	121	153	155	...	20.3	15.8	32.9
Brasil	135	173	173	186	188	3.4	3.9	-10.2	12.5	11
Colômbia	124	177	201	145	139	-3.5	-25.3	4.1	-8.6	-27
Costa Rica	107	173	155	135	102	-8.3	-4.9	-17.8	-9.0	-34
Chile	67	82	109	85	93	0.0	-22.0	3.5	5.1	9
El Salvador	121	209	194	110	95	-19.6	-29.5	-12.7	-1.3	-39
Guatemala	101	195	163	140	110	5.5	-18.6	-12.9	-9.6	-36
Guyana	130	88	86	78	48	4.7	-13.3	-17.9	-25.6	-50
Haiti	99	165	139	129	112	38.8	-33.2	8.5	-20.2	-34
Honduras	94	135	171	142	124	-4.1	-13.4	-14.1	1.4	-19
Nicarágua	113	174	133	87	71	-38.3	6.1	-18.4	0.0	-56
Panama	118	92	89	68	60	-13.5	-11.7	-2.9	-8.6	-34
Paraguai	139	237	228	194	169	-11.4	-4.0	-4.1	-8.9	-33
República Dominicana	224	176	164	177	119	-8.5	18.0	-36.7	6.3	-16
Uruguai	83	127	131	147	141	6.9	5.0	8.8	-11.9	1

Fonte: CEPAL, baseada em cifras oficiais.

a) Estimativas preliminares sujeitas a revisão.

b) Variações percentuais acumuladas no período.

Quadro 13

AMÉRICA LATINA: FINANCIAMENTO LÍQUIDO DISPONÍVEL APÓS REMESSA
DE LUCROS E JUROS

(bilhões de dólares)

Ano	Entrada líquida de capital	Pagamentos líquidos de lucros e juros	Financiamento líquido disponível (3)=(1)-(2)	Financiamento líquido disponível real a)	Exportações de mercadorias e serviços	Financiamento líquido disponível/exportações de mercadorias e serviços b) (6)=(3)/(5)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
1973	8.1	4.4	3.7	8.3	30.3	12.2
1974	11.6	5.3	6.3	11.9	46.0	13.7
1975	14.5	5.8	8.7	15.0	43.7	19.9
1976	18.3	7.0	11.3	18.7	49.9	22.6
1977	17.3	8.6	8.7	13.5	58.7	14.8
1978	26.4	10.5	15.9	22.9	64.5	24.7
1979	29.0	14.2	14.8	19.0	85.8	17.2
1980	29.9	19.0	10.9	12.3	110.9	9.8
1981	38.0	29.1	8.9	9.2	119.6	7.4
1982	16.6	36.8	-20.2	-20.4	109.0	-18.5
1983 ^c	4.5	34.0	-29.5	-29.5	107.6	-27.4

Fonte: FMI, Balance of Payments Yearbook (vários números) e estimativas da CEPAL, baseada em cifras oficiais.

a) Deflacionando a coluna 3 pelo índice de preços ao atacado dos Estados Unidos, base: 1983 = 100.

b) Em porcentagens.

c) Estimativas preliminares sujeitas a revisão.

Quadro 14
 AMÉRICA LATINA: DÍVIDA EXTERNA TOTAL
 (Saldo de fim de ano em milhões de dólares)

País	1981	1982	1983 ^a
América Latina	257 890	289 437	309 800
Países exportadores de petróleo	116 777	128 948	134 500
Bolivia ^b	2 450	2 373	2 700
Equador ^c	5 756	5 788	6 200
México ^d	72 007	81 350	85 000
Peru ^c	8 227	9 503	10 600
Venezuela ^c	28 377	29 934	30 000
Países não exportadores de petróleo	141 113	160 489	175 300
Argentina ^d	35 671	38 907	42 000
Brasil ^c	65 000	75 000	83 000
Colômbia ^d	8 160	9 506	10 300
Costa Rica ^b	2 345	2 603	3 050
Chile ^d	15 542	17 153	17 600
El Salvador ^c	980	917	1 200
Guatemala ^d	765	858	1 000
Guyana ^c	687	689	800
Haiti ^c	326	765	800
Honduras ^b	1 055	1 198	1 500
Nicaragua ^b	2 163	2 789	3 400
Panamá ^b	2 333	2 733	3 100
Paraguai ^c	1 120	1 195	1 300
República Dominicana ^d	1 837	1 921	2 000
Uruguai ^d	3 129	4 255	4 250

Fonte: CEPAL, baseada em cifras oficiais e de publicações de órgãos financeiros internacionais.

a) Estimativas preliminares sujeitas a revisão.

b) Corresponde à dívida pública.

c) Inclui a dívida externa pública e privada com garantia oficial, mais a dívida não garantida a longo e curto prazo com instituições financeiras que proporcionam informação ao Banco de Pagamentos Internacionais.

d) Dívida externa total, pública e privada.

Quadro 15

AMÉRICA LATINA: RELAÇÃO ENTRE OS JUROS TOTAIS PAGOS
E AS EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS a)

(Porcentuais)

País	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983 ^b
América Latina	12.4	15.5	17.4	19.9	26.4	38.3	35.0
Países exportadores de petróleo	13.0	16.0	15.7	16.5	22.3	31.1	31.0
Bolivia	9.9	13.7	18.1	24.5	35.5	43.5	35.5
Equador	4.8	10.3	13.6	18.2	24.3	29.3	25.5
México	25.4	24.0	24.8	23.1	28.7	37.6	38.0
Peru	17.9	21.2	14.7	16.0	21.8	24.7	31.5
Venezuela	4.0	7.2	6.9	8.1	12.7	21.4	19.0
Países não exportadores de petróleo	11.9	15.1	18.8	23.3	31.3	46.2	39.0
Argentina	7.6	9.6	12.8	22.0	31.7	54.6	51.0
Brasil	18.9	24.5	31.5	34.1	40.4	57.0	43.5
Colômbia	7.4	7.7	10.1	13.3	21.6	22.7	21.5
Costa Rica	7.1	9.9	12.8	18.0	25.5	33.4	43.5
Chile	13.7	17.0	16.5	19.3	34.6	47.2	37.5
El Salvador	2.9	5.1	5.3	6.5	7.5	11.1	10.5
Guatemala	2.4	3.6	3.1	5.3	7.5	7.6	7.5
Haiti	2.3	2.8	3.3	2.0	3.2	2.3	3.5
Honduras	7.2	8.2	8.6	10.6	14.5	22.5	16.0
Nicarágua	7.0	9.3	9.7	15.7	15.5	31.7	36.0
Paraguai	6.7	8.5	10.7	14.3	15.9	14.9	15.5
República Dominicana	8.8	14.0	14.4	14.7	10.5	22.6	25.0
Uruguai	9.8	10.4	9.0	11.0	13.1	22.4	32.5

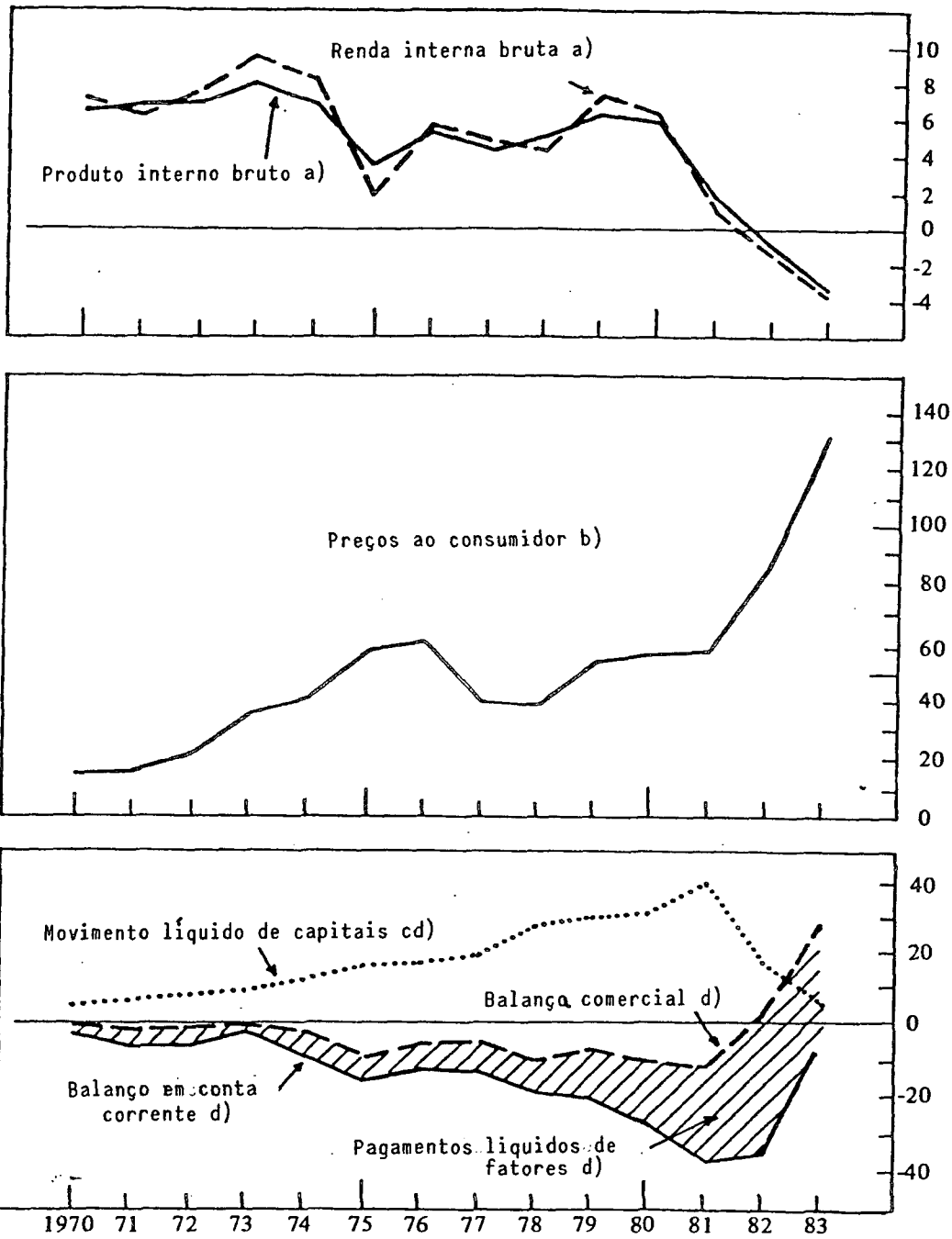
Fonte: 1977-1982: Fundo Monetário Internacional. Balance of Payment Yearbook; 1983: CEPAL, baseada em informação oficial.

a) Os juros incluem os correspondentes à dívida a curto prazo.

b) Estimativas preliminares sujeitas a revisão.

(Gráfico 1)

AMÉRICA LATINA: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS



Fonte: CEPAL, baseada em informações oficiais.

a) Taxa anual de crescimento.

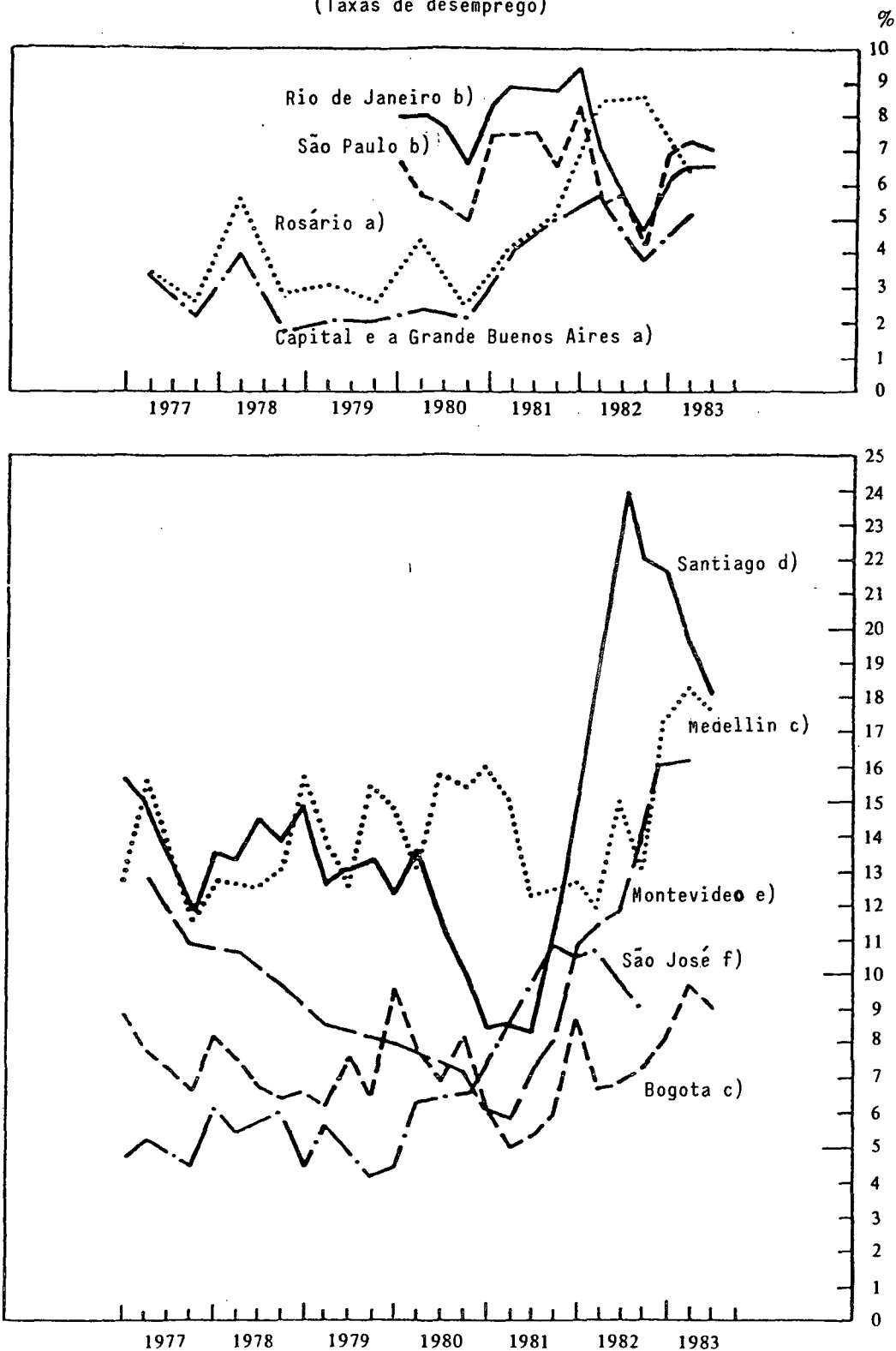
b) Variação porcentual ponderada de dezembro a dezembro.

c) Inclui capital de curto, médio e longo prazo, transferências unilaterais oficiais e erros e omissões.

d) Bilhões de dólares.

Gráfico 2

AMÉRICA LATINA: EVOLUÇÃO TRIMESTRAL DO DESEMPREGO
NAS PRINCIPAIS CIDADES
(Taxas de desemprego)

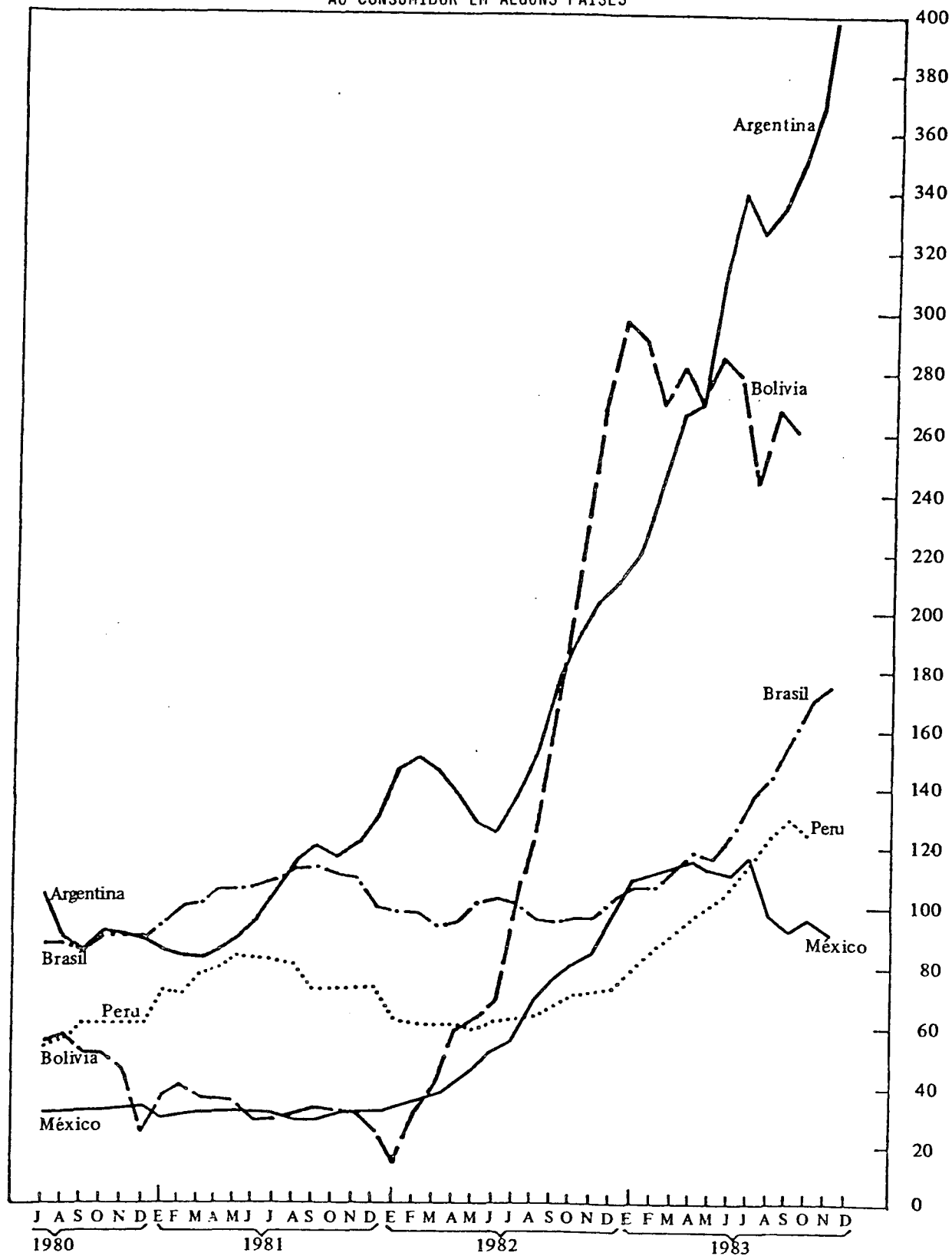


Fonte: CEPAL. baseada em informação oficial

a) Cifras correspondentes a abril e outubro, 1977 a 1981: Capital e a Grande Buenos Aires; 1982: A Grande Buenos Aires. b) Médias baseadas em dados mensais. c) Cifras correspondentes a março, junho, setembro e dezembro. d) Cifras correspondentes a março, junho, setembro e dezembro segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas. e) 1977 a 1981 dados semestrais. Apartir de 1981 médias trimestrais. f) Cifras correspondentes a março (I), julho (II) e novembro (IV) para São José, Cartago e Heredia. Em novembro 1979 trata-se da taxa nacional urbana.

Gráfico 3

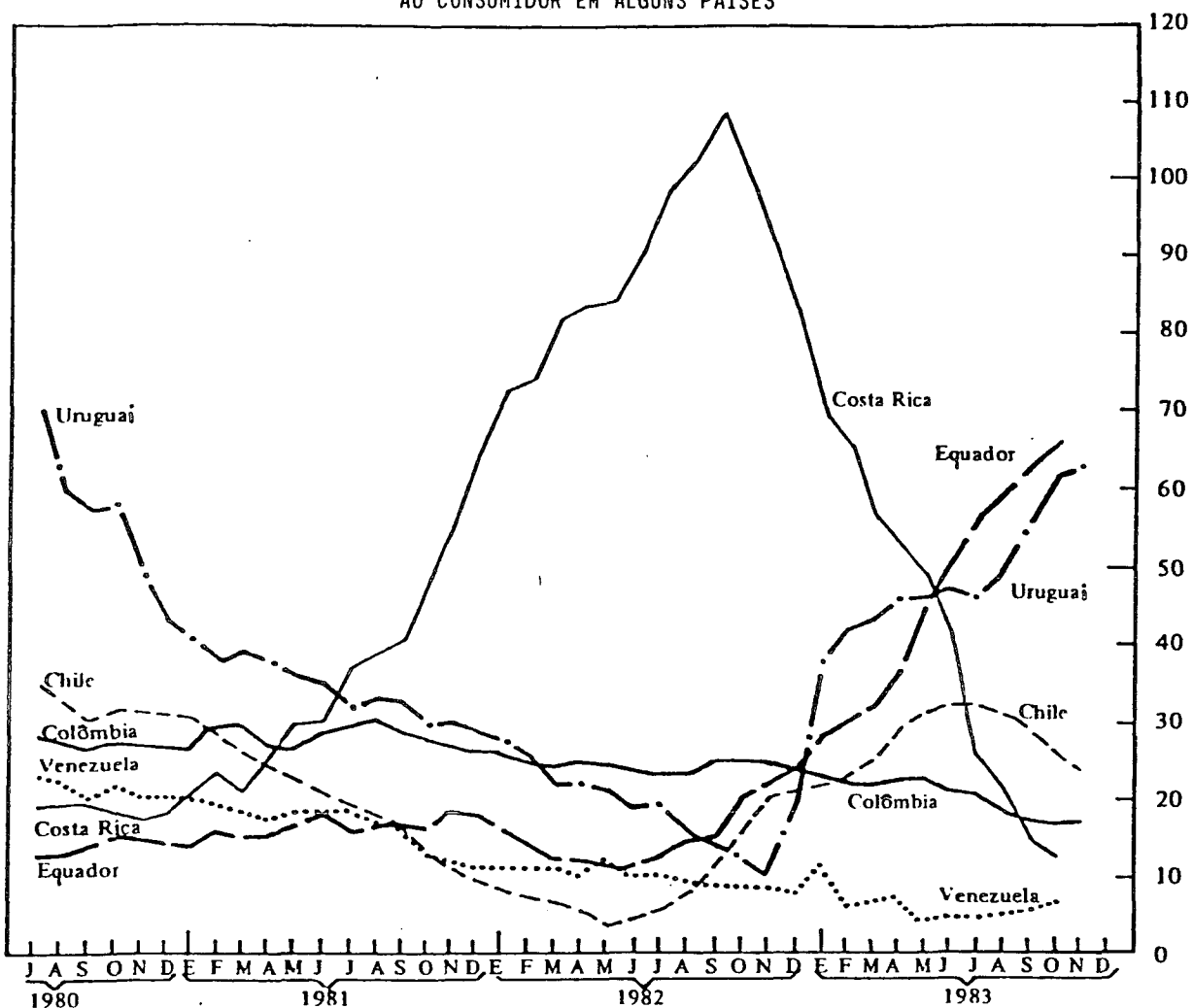
AMÉRICA LATINA: VARIACÕES EM DOZE MESES DO ÍNDICE DE PREÇOS
AO CONSUMIDOR EM ALGUNS PAÍSES



Fonte: CEPAL, baseada em informações oficiais.

Gráfico 4

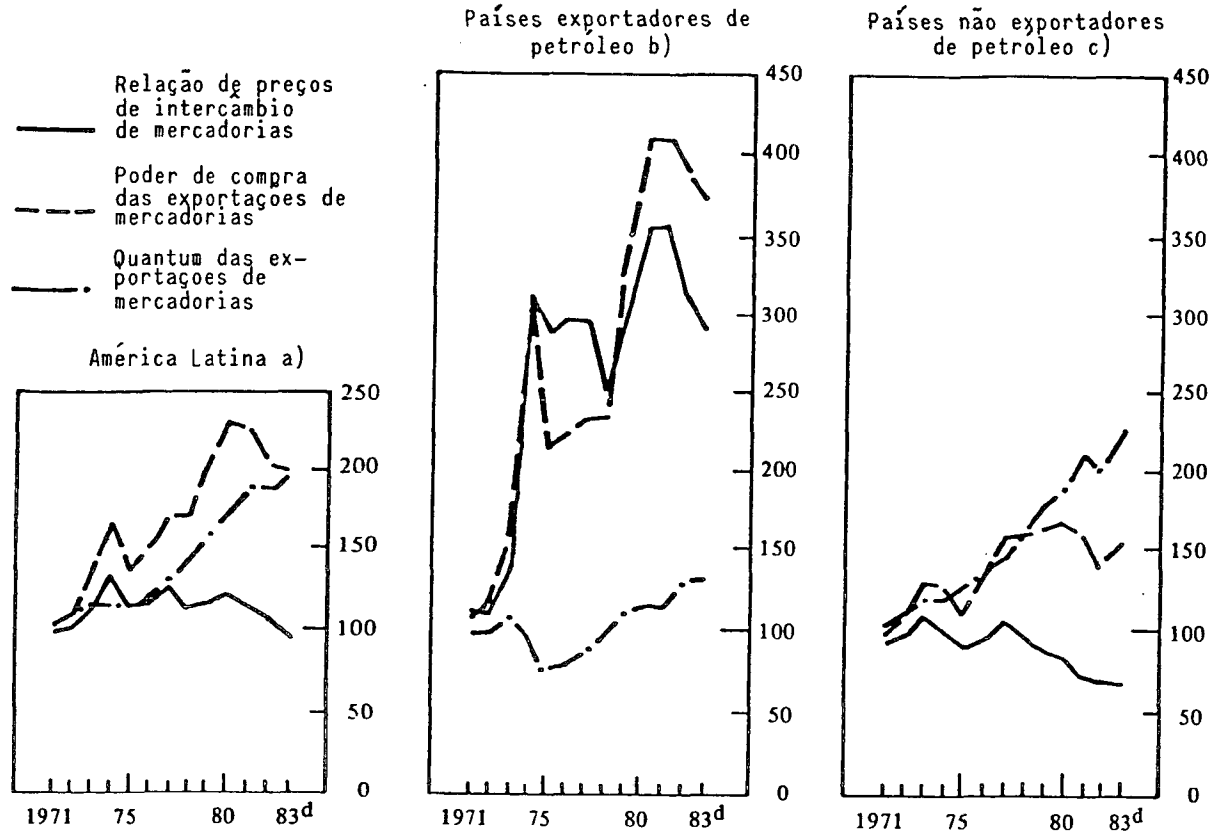
AMÉRICA LATINA: VARIACÕES EM DOZE MESES DO ÍNDICE DE PREÇOS
AO CONSUMIDOR EM ALGUNS PAÍSES



Fonte: CEPAL, baseada em informações oficiais.

Gráfico 5

AMÉRICA LATINA: EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DO COMÉRCIO EXTERIOR
(Índices 1970 = 100)



Fonte: CEPAL, baseada em informações oficiais.

a) 19 países.

b) Desde 1970 até 1975 inclui Bolívia, Equador e Venezuela; a partir de 1976 são incluídos México e Peru.

c) Desde 1970 a 1975 inclui 16 países. A partir de 1976, exclui México e Peru.

d) Estimativa

